
**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A 60ª
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA COMPANHIA DE
SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR, A SER
REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2024 ÀS 14h00**

SAPR3 (ON)
SAPR4 (PN)
SAPR11 (Units)

ÍNDICE

1)	INFORMAÇÕES GERAIS	3
2)	COMENTÁRIOS DOS DIRETORES (correspondente ao item 2.1 do Formulário de Referência).....	4
3)	DESCREVER AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR, IDENTIFICANDO: (correspondente ao item 7.1 do Formulário de Referência):.....	36
4)	EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR, INDICAR, EM FORMA DE TABELA (correspondente ao item 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)	40
5)	REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (correspondente ao item 8 do Formulário de Referência).....	57
6)	PROPOSTA PARA REMUNERAÇÃO DOS AGENTES DE GOVERNANÇA	65
7)	DEMONSTRATIVO DA PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DE LUCROS DO EXERCÍCIO DE 2023 E PARA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS (Em milhares de Reais).....	66

1) INFORMAÇÕES GERAIS

A Administração da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar informa que a documentação abaixo relacionada, relativa ao artigo 133 da Lei 6.404/76 - Lei das Sociedades por Ações, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, pertinentes às matérias a serem debatidas na 60ª Assembleia Geral Ordinária (60ª AGO) a ser realizada às 14h00 do dia 29 de abril de 2024, foi enviada à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e disponibilizada aos acionistas em 08 de fevereiro de 2024, na sede da Companhia e no site: ri.sanepar.com.br

- I. Relatório da Administração;
- II. Demonstrações Financeiras;
- III. Parecer dos Auditores Independentes;
- IV. Parecer do Conselho Fiscal;
- V. Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário.

A Proposta a seguir versa sobre os temas a serem deliberados, a saber:

Item 1 – Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis referente ao exercício encerrado em 31/12/2023;

Item 2 – Destinação dos Lucros, conforme Proposta da Administração;

Item 3 – Fixação do montante global da remuneração da Administração, do Conselho Fiscal e Comitês Estatutários, a saber Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê de Elegibilidade e Comitê Técnico, conforme proposta da Administração;

Item 4 – Destituição de membros do Conselho Fiscal;

Item 5 – Eleição de membros do Conselho Fiscal;

Item 6 – Eleição dos membros do Conselho de Administração.

2) COMENTÁRIOS DOS DIRETORES (correspondente ao item 2.1 do Formulário de Referência)

Os itens a seguir apresentados foram avaliados e comentados pela Diretoria:

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 são derivadas das demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A análise da Diretoria esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações contábeis sobre a situação financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos em exercícios anteriores venham a se reproduzir no futuro.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Fundada na década de 1960, a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), sediada em Curitiba (PR), é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, controlada pelo Estado do Paraná e conta com 6.121 empregados.

A Companhia é responsável pela prestação de serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto em 345 municípios paranaenses e 1 em Santa Catarina. Conforme estabelecido pela 6ª/2023 e pela 7ª/2023 Assembleias Gerais Extraordinárias das Microrregiões de Água e Esgoto do Estado do Paraná (MRAE-1, MRAE-2 e MRAE-3), os prazos das concessões de 343 municípios foram uniformizados com vencimento em 05/06/2048, com exceção dos municípios de: (i) Porto União, com vencimento em 31/03/2048; (ii) Maringá, com vencimento em 27/08/2040, que se encontra em discussão judicial; e (iii) Andirá, que tem vencimento em 05/12/2032.

A Sanepar se utiliza de mais de 61 mil quilômetros de tubulações para distribuição de água potável e mais de 42 mil quilômetros de rede coletora de esgoto.

Para aprimoramento, manutenção e expansão de redes, a Companhia investiu, entre 2019 e 2023, R\$ 7,0 bilhões. Na busca pela universalização, foram investidos R\$ 1,9 bilhão em 2023. A Sanepar fornece água tratada a 100% da população urbana dos municípios atendidos. Na área de esgotamento sanitário, a Sanepar disponibiliza coleta para 80,2% dos paranaenses residentes em áreas urbanas dos municípios atendidos e trata 100% do esgoto coletado. Também realiza a gestão de resíduos sólidos urbanos, operando aterros sanitários em Apucarana, Cornélio Procópio e Cianorte, atendendo no total sete municípios, onde, nestas plantas, foram tratadas, aproximadamente, 64,2 mil toneladas de resíduos tratados no ano de 2023.

Em 2023, conforme autorização do Conselho de Administração, a Companhia concluiu o processo de aquisição da totalidade (100%) do capital da Sociedade de Propósito Específico, denominada “CS Bioenergia S.A.”, na qual detinha 40% de participação societária, e mediante deliberação pela Assembleia de Acionistas da Companhia promoveu, em dezembro de 2023, a sua incorporação societária.

A Diretoria da Companhia analisa o índice de liquidez corrente a fim de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas de curto prazo em relação aos recebíveis de curto prazo. Essa análise busca identificar possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. O índice de liquidez corrente em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, foi calculado pela relação entre ativo circulante e passivo circulante.

	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Índice de Liquidez Corrente (ILC) ⁽¹⁾	1,41	1,52	1,48
Índice de Liquidez Geral ⁽²⁾	0,89	0,93	0,85
Índice de Endividamento ⁽³⁾	48%	47%	47%

⁽¹⁾ O Índice de Liquidez Corrente é calculado pela divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

⁽²⁾ O Índice de Liquidez Geral é calculado pela divisão do somatório do Ativo Circulante e do Ativo Não Circulante (não considerando o imobilizado, intangível e investimentos) pelo somatório Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante.

⁽³⁾ O Índice de Endividamento é calculado pela divisão da dívida (assim entendida como o somatório do Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante) pelo Ativo Total da Companhia.

b. estrutura de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima e um rating de crédito forte perante as instituições financeiras e agências de risco, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. Com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento, a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida/patrimônio líquido.

Os níveis de alavancagem apresentados a seguir mostram uma relativa estabilidade nos exercícios sociais encerrados em 2023, 2022 e 2021:

	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
(Em milhões de Reais, exceto nível de alavancagem)			
Dívida Líquida (*)	4.492,5	3.875,3	3.137,5
Patrimônio Líquido	9.744,2	8.786,9	7.826,3
Nível de alavancagem (**)	0,46	0,44	0,40

(*) A dívida líquida resulta da subtração da dívida (entendida como o somatório dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil) menos o Caixa e Equivalentes de Caixa.

(**) Representa a dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido.

A Diretoria da Companhia entende que a trajetória do índice de endividamento ocorre porque embora haja um crescimento nominal da dívida líquida, o mesmo é compensado pela geração de caixa e de lucro líquido da Companhia. Identifica-se, na estrutura de capital, o capital de terceiros como uma das fontes de recursos imprescindível para o financiamento das atividades e dos investimentos previstos pela Companhia. A tabela abaixo mostra a estrutura de capital da Companhia nos períodos indicados:

	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
	(Em milhões de Reais, exceto quando indicado)		
Capital Próprio ⁽¹⁾	9.744,2	8.786,9	7.826,3
Capital de Terceiros ⁽²⁾	9.059,7	7.870,3	6.814,3
Capital de Terceiros s/ Capital Próprio ⁽³⁾	0,9	0,9x	0,9x

⁽¹⁾ Corresponde ao valor total do patrimônio líquido.

⁽²⁾ Corresponde ao valor total agregado de passivo circulante e passivo não circulante.

⁽³⁾ Corresponde a divisão do item “2” pelo item “1” acima mencionados.

A Diretoria da Companhia entende que a estrutura de capital da Companhia seja suficiente para suprir suas necessidades de caixa relativas às suas obrigações contratuais decorrentes de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, e para manutenção das operações.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia encerrou o exercício com ativos de R\$ 18,8 bilhões, patrimônio líquido de R\$ 9,7 bilhões e dívida total de R\$ 9,1 bilhões. O Índice de Endividamento sobre o Ativo foi de 48,2% em 2023, um ligeiro aumento em comparação com 2022.

A dívida líquida, que reflete o grau de endividamento da Companhia, foi de R\$ 4,5 bilhões em 2023, enquanto a relação Dívida Líquida versus EBITDA, que mede o índice de alavancagem, passou de 1,7 vez em 2022 para 1,6 vez em 2023. A tabela abaixo ilustra a evolução da dívida líquida e bruta da Companhia:

	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
	(Em milhões de Reais, exceto quando indicado)		
Empréstimos, financiamentos, debêntures e Arrendamentos	5.777,7	5.083,2	4.120,6
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.285,2)	(1.207,9)	(983,1)
Dívida líquida ⁽¹⁾	4.492,5	3.875,3	3.137,5

⁽¹⁾ Para efeito de dívida líquida considera-se: a dívida bruta (Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos), subtraído o valor relativo ao caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia tem buscado alinhar sua geração de caixa às suas necessidades de capital de giro e para atender às obrigações financeiras contraídas. A Companhia busca como estratégia alongar o perfil de sua dívida bruta, inclusive por meio de emissões de debêntures.

Uma de suas obrigações em relação aos contratos de Empréstimos e Financiamentos assumidos é manter durante toda vigência dos contratos os *Covenants* Financeiros da sua Dívida Bancária Líquida menor ou igual a 3, controlando assim a sua capacidade de honrar seus compromissos em relação a sua geração de caixa.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizados

Com o objetivo de manter a liquidez e complementar o programa de investimentos, a Companhia utiliza recursos de terceiros, que são analisados e alocados dentro das necessidades de suas operações. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, as principais fontes de recursos utilizadas pela Companhia foram: os recursos de caixa gerados por suas operações; o capital de terceiros, principalmente por meio dos financiamentos

concedidos pela Caixa Econômica Federal (CAIXA) via recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) via recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo de Participação do PIS/PASEP), bem como por meio da captação de recursos no mercado de capitais por meio de emissão das debêntures, além das operações de Arrendamento.

Em 2023, houve a liberação de recursos referente ao contrato com o Banco KfW, banco de desenvolvimento estatal alemão, no valor de € 13.584 mil, equivalente a R\$ 72.096 mil. O contrato junto ao Banco KfW tem como finalidade projetos de eficiência energética para as estações de tratamento de esgoto, sendo o valor total do contrato de € 50 milhões com perspectiva de liberação de recursos até 2025.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Os Diretores da Sanepar entendem que a Companhia pode, por meio do mercado financeiro e de capitais, realizar operações para atender eventuais necessidades extraordinárias de capital de giro, por novas emissões ou por meio de refinanciamento de dívidas já contraídas. Os instrumentos disponíveis são os empréstimos, as emissões de notas promissórias comerciais e de debêntures, entre outros.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A Diretoria da Companhia acredita que os níveis de endividamento da Companhia e as características dos seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures são compatíveis com os resultados das suas atividades, com a sua geração de caixa e com as melhores práticas do mercado e que a Companhia está cumprindo com as obrigações assumidas nesses contratos, atendendo aos *covenants* e demais compromissos previstos.

Em 31 de dezembro de 2023, o total do ativo da Companhia atingiu R\$ 18.803,9 milhões, enquanto o total do passivo (Passivo Circulante mais Passivo Não Circulante) era de R\$ 9.059,7 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o total do ativo da Companhia atingiu R\$ 16.657,2 milhões, enquanto o total do passivo (Passivo Circulante mais Passivo Não Circulante) foi de R\$ 7.870,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2021, o total do ativo da Companhia atingiu R\$ 14.640,6 milhões, enquanto o total do passivo (Passivo Circulante mais Passivo Não Circulante) era de R\$ 6.814,3 milhões.

A tabela abaixo, demonstra a Taxa de Rentabilidade dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, resultantes da divisão do lucro líquido pelo patrimônio líquido médio, que é calculado pela média patrimônios líquidos entre o exercício atual e o respectivamente anterior, conforme tabela abaixo:

	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
	(Em milhões de Reais, exceto taxa de rentabilidade)		
Lucro Líquido	1.503,4	1.151,5	1.177,6
Patrimônio Líquido Médio	9.265,5	8.306,6	7.384,8
Taxa de rentabilidade	16,2%	13,9%	15,9%

Adicionalmente, a Diretoria entende que os recursos utilizados nos financiamentos já contratados são compatíveis com as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual de Investimentos e são importantes para realizar os investimentos nele previstos.

O Índice de Endividamento sobre o Ativo foi de 48,2% em 2023, próximo ao índice alcançado em 2022 de 47,2%, e de 46,5% para 2021.

(i) contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Abaixo, tabela com a composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos nas datas indicadas:

Descrição	Taxa de Juros Anual	Indexador	Vencimento	2023	2022	2021
				Total	Total	Total
Em Reais:						
Cédula de Crédito Bancário - CCB	DI + 2,75%	-	-	-	-	66.632
Debêntures 8ª Emissão - 2ª Série BNDES	108,00% do DI TJLP+ 1,82%	-	-	-	155.563	155.368
Banco do Brasil - PSI	3,00% a 6,00%	-	2024	190	2.287	5.662
Debêntures 2ª Emissão - 1ª Série	TJLP+ 1,92%	-	2024	9.357	21.615	33.707
Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série	9,19%	IPCA	2024	24.663	47.188	67.018
Debêntures 2ª Emissão - 3ª Série	TJLP+ 1,92%	-	2024	12.475	28.820	44.942
Debêntures 9ª Emissão - 1ª Série	106,05% do DI	-	2024	200.353	200.613	200.105
Banco Itaú - PSI	3,00% a 6,00%	-	2025	1.449	4.512	8.061
Debêntures 12ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,08%	-	2027	314.736	315.090	-
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	107,25% do DI	-	2026	151.741	151.947	151.565
Debêntures 11ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,65%	-	2026	133.543	133.489	130.637
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP+ 1,67%	-	2027	87.296	110.549	133.638
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	7,44%	IPCA	2027	60.328	73.808	85.129
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	4,66%	IPCA	2027	443.100	422.222	398.303
Debêntures 13ª Emissão - Série Única	DI + 1,90%	-	2028	409.050	-	-
Debêntures 11ª Emissão - 2ª Série	4,25%	IPCA	2029	248.810	237.130	223.737
BNDES - PAC2	TJLP+ 1,67% a 2,05%	-	2029	250.507	294.307	290.362
Arrendamento Litoral	11,14%	IPC-FIFE	2036	316.739	317.212	296.012
Arrendamento Direito Uso	11,32%	-	2024 a 2028	191.437	182.639	108.999
Debêntures 11ª Emissão - 3ª Série	4,49%	IPCA	2031	192.990	184.022	173.722
Debêntures 12ª Emissão - 2ª Série	5,89%	IPCA	2032	333.233	317.815	-
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série *	5,20%	IPCA	2038	39.750	42.465	45.255
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série *	4,79%	IPCA	2038	76.505	69.362	73.921
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	6,97%	IPCA	2038	21.982	22.430	22.566
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	6,57%	IPCA	2038	40.597	36.230	36.451
BNDES - AVANÇAR	3,59% a 5,60%	IPCA	2041	238.403	78.778	28.039
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,00%	TR	2046	1.916.416	1.617.154	1.320.466
Total em Reais				5.715.650	5.067.892	4.108.622
Em Moeda Estrangeira:						
Banco KfW	1,35%	EURO	2032	62010	15.352	11.943
Total em Moeda Estrangeira				62010	15.352	11.943
Saldo no Final do Exercício				5.777.660	5.083.244	4.120.565
Empréstimos e Financiamentos				2.468.975	2.013.035	1.739.490
Debêntures				2.800.509	2.570.358	1.976.064
Arrendamentos				508.176	499.851	405.011

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relações comerciais com os principais agentes financeiros do mercado, visando potencializar o relacionamento com os seus parceiros financeiros, possibilitando assim o acesso a linhas de crédito para o financiamento de investimentos e eventuais demandas de capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía qualquer operação de longo prazo com instituições financeiras além das descritas no item f (níveis de endividamento e as características de tais dívidas).

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas com garantia real contam com as preferências e as prerrogativas previstas em lei. Algumas das dívidas da Companhia, principalmente aquelas contraídas junto ao BNDES, estão garantidas com ativos reais. Ademais, as debêntures da 2ª, 4ª e 7ª Emissões contam com garantia real, consubstanciada na cessão fiduciária dos direitos creditórios emergentes da prestação dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, em valor correspondente, respectivamente, à parcela mensal de R\$ 29,0 milhões, corrigido anualmente pelo IPCA, com data-base de maio de 2011, R\$ 15,2 milhões, corrigido anualmente pelo IPCA, com data base de agosto de 2014, e R\$ 8,7 milhões corrigido anualmente pelo IPCA, com data base de novembro de 2018.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

i. Covenants de contratos de financiamentos do BNDES da 2ª, 4ª e 7ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite	Faixa	2021	2022	2023
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	≤ 3,0	≤ 3,8 e > 3,0	1,38	1,74	1,59
EBITDA / Serviço da Dívida	≥ 1,5	< 1,5 e ≥ 1,2	2,92	2,99	2,90
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	≤ 1,0	≤ 1,3 e > 1,0	0,51	0,46	0,39

ii. Covenants de contratos da 9ª, 10ª, 11ª, 12ª e 13ª Emissão de Debêntures.

Índice	Limite	2021	2022	2023
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	≤ 3,0	1,31	1,64	1,48
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	≥ 1,5	8,73	9,75	9,43

iii. **Covenants de contratos da Caixa Econômica Federal**

Índice	Limite	2021	2022	2023
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	$\geq 1,5$	8,73	9,75	9,43
	$\leq 3,0$	1,31	1,64	1,48
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	$\leq 1,0$	0,48	0,43	0,36
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA ajustado				

iv. **Covenants do contrato do Banco KfW**

Índice	Limite	2021	2022	2023
EBITDA / Serviço da Dívida	$\geq 1,5$	2,92	2,99	2,90
	$\leq 3,0$	1,38	1,74	1,59
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	$\leq 1,0$	0,51	0,46	0,39
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA				
Grau de Endividamento	$\leq 0,60\%$	46,5%	47,2%	48,2%

Para os contratos item (i) do BNDES, incluindo os contratos de financiamentos e da 2ª, 4ª e 7ª Emissão de Debêntures, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência dos contratos de financiamentos e debêntures, os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses.

Caso um ou mais de um dos *Covenants* da Companhia apresentem por, no mínimo, dois trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses os índices dentro da Faixa acima indicada, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula “Cessão Fiduciária de Direitos” relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento).

Em relação aos contratos do item (ii) referente a 9ª, 10ª, 11ª, 12ª e 13ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sendo que as mesmas não conferem qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação aos contratos do item (iii) da Caixa Econômica Federal, relacionados à 3ª fase da Instrução Normativa 14, em conformidade com a Cláusula Decima Sexta dos referidos contratos, e das instruções Normativas 22 e 29, em conformidade com a Cláusula Trigésima Segunda dos referidos contratos, a Companhia deverá manter durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação ao contrato do item (iv) do Banco KfW, conforme contrato de empréstimo, a Companhia deverá manter os índices financeiros estipulados durante toda a sua vigência. Os contratos de Financiamentos e Debêntures da Companhia possuem cláusulas restritivas de Vencimento Antecipado Cruzado denominadas Cross Default. Os contratos de financiamentos

relacionados à CAIXA podem ter seu vencimento antecipado em caso de declaração de vencimento antecipado, referentes a dívidas relacionadas a outras instituições financeiras.

Conforme descrito nos Contratos de Financiamentos denominados PAC 2 e as escrituras da 2ª e 4ª Emissões de Debêntures, relacionados ao BNDES/BNDESPAR, estão sujeitas a declaração de vencimento antecipado por inadimplência contratual de dívidas e obrigações a outras instituições, no montante individual inicial de R\$ 20 milhões e no montante agregado inicial de R\$ 70 milhões, dentro do período de 12 meses, ambos atualizados anualmente pelo IPCA desde a data da celebração do contrato. Os saldos atualizados estão descritos no quadro abaixo:

Valores em milhares de R\$:

Contrato	Data de assinatura	Montante individual Reajustado em R\$ ¹	Montante Acumulado Reajustado em R\$ ²
11.2.0889.1	22/11/2011	39.804	139.314
12.2.0562.1	18/07/2012	37.993	132.976
13.2.0909.1	05/11/2013	35.712	124.992
14.2.0537.1	30/06/2014	33.656	117.796
Debêntures 2ª Emissão	15/08/2011	40.084	140.294
Debêntures 4ª Emissão	18/09/2014	33.622	117.677

¹ Valor inicial de R\$ 20 milhões.

² Valor inicial de R\$ 70 milhões.

A escritura da 9ª Emissão de Debêntures possui como limite de inadimplemento de dívidas financeiras, relacionadas a instituições financeiras o montante de R\$ 30 milhões. As escrituras da 10ª, 11ª, 12ª e 13ª Emissão de Debêntures possuem o limite de inadimplemento de dívidas pecuniárias com instituições financeiras o montante de R\$ 50 milhões. Por fim, o contrato de Empréstimo junto ao Banco KfW possui limite de inadimplemento de dívidas com instituições financeiras no montante de EUR 10 milhões. O percentual do endividamento financeiro da Companhia que possui contrato com cláusulas de Cross Default é de 87,07%.

g. limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Dos recursos oriundos dos contratos celebrados com a Caixa Econômica Federal, com saldos a liberar, para a ampliação e melhoria da cobertura dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário de diversas cidades do Estado do Paraná, bem como para o desenvolvimento institucional com a implementação de programas de melhorias operacionais e redução de perdas, já foram utilizados 47,90%, restando a liberar R\$ 1.597 milhões em 31 de dezembro de 2023.

Dos recursos oriundos do contrato celebrado com o Banco KfW, com saldo a liberar, para ampliação do sistema de esgotamento sanitário em diversas cidades do Estado do Paraná, foram utilizados 37,70% do total de €50 milhões (equivalente a R\$ 267,6 milhões em conversão direta com o Euro Ptax considerando a data de 31/12/2023, R\$ 5,3516).

Ademais, foram utilizados 57,80% dos recursos oriundos dos contratos celebrados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, os quais estão sendo utilizados para ampliação e otimização dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em

diversos municípios do Estado do Paraná, restando a liberar R\$ 461,2 milhões em 31 de dezembro de 2023, incluindo valores das Debêntures da 7ª emissão.

A Diretoria entende que os recursos utilizados nos financiamentos já contratados são compatíveis com as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual de Investimentos e são importantes para realizar os investimentos nele previstos.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras de resultados e de fluxo de caixa

As informações financeiras a seguir são derivadas das demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos documentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e normatizados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Análise Vertical (AV) e a Análise Horizontal (AH) das contas da Demonstração de Resultados referente aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	2023	AV (%)	2022	AV (%)	AH (%)
Receita Líquida Operacional	6.292.736	100,00	5.673.647	100,00	10,91
Custos dos Serviços Prestados	(2.514.893)	(39,97)	(2.383.355)	(42,01)	5,52
Lucro Bruto	3.777.843	60,03	3.290.292	57,99	14,82
Despesas Operacionais	(1.430.553)	(22,73)	(1.501.747)	(26,47)	(4,74)
Comerciais	(256.362)	(4,07)	(469.608)	(8,28)	(45,41)
Administrativas	(805.647)	(12,80)	(692.613)	(12,21)	16,32
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(30.656)	(0,49)	(102.055)	(1,81)	(69,96)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(5.263)	(0,08)	(3.300)	(0,06)	59,48
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	(169.385)	(2,69)	(73.375)	(1,29)	130,85
Provisões para Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(48.233)	(0,77)	(72.703)	(1,28)	(33,66)
Programa de Participação nos Resultados	(115.007)	(1,83)	(88.093)	(1,55)	30,55
Receitas (Despesas) Financeiras	(322.969)	(5,13)	(242.998)	(4,28)	32,91
Receitas Financeiras	295.702	4,70	264.891	4,67	11,63
Despesas Financeiras	(618.671)	(9,83)	(507.889)	(8,95)	21,81
Lucro Antes do IRPJ e CSLL	2.024.321	32,17	1.545.547	27,24	30,98
Imposto de Renda e Contribuição Social	(520.958)	(8,28)	(394.009)	(6,94)	32,22
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.503.363	23,89	1.151.538	18,30	30,55

Receita Operacional Líquida: Em 2023 a Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 6,3 bilhões, uma alta de 10,9% em comparação com o ano anterior. Esse resultado se deve, principalmente pelos seguintes fatores: (i) Reajuste tarifário Anula (IRT), de 8,23%, aplicado nas contas de água e esgoto a partir do dia 17 de maio de 2023; (ii) Revisão tarifária de 4,96% a partir de 17 de maio de 2022 e com impacto integral em 2023; (iii) Aumento na quantidade de ligações de água em 1,1% (de 3.410.686 em dezembro de 2022 para 3.448.900 em dezembro de 2023); e (iv) Aumento na quantidade de ligações de esgoto em 3,0% (de 2.445.588 em dezembro de 2022 para 2.517.885 em dezembro de 2023).

O volume faturado de água aumentou 4,7% (de 534,6 milhões de m³ para 559,6 milhões de m³ acumulado até dezembro de 2022 e 2023, respectivamente) e o volume faturado de esgoto cresceu 6,8% (de 412,9 milhões de m³ para 441,1 milhões de m³ em acumulado até dezembro de 2022 e 2023, respectivamente).

Custos dos Serviços Prestados: Os custos dos produtos e serviços prestados cresceram 5,5%, passando de R\$ 2.383,4 milhões no exercício de 2022 para R\$ 2.514,9 milhões no exercício de 2023, principalmente em função das seguintes variações: (i) Os custos com pessoal aumentaram 4,4%, passando de R\$ 502,6 milhões em 2022 para R\$ 524,5 milhões em 2023; (ii) os gastos com materiais cresceram 9,3%, passando de R\$ 241,5 milhões em 2022 para R\$ 264,0 milhões em 2023, principalmente em material de tratamento, material de manutenção de redes, material de laboratório e material de operação de sistemas; e (iii) os gastos com serviços de terceiros cresceram 6,6%, passando de R\$ 975,6 milhões em 2022 para R\$ 1.039,7 milhões em 2023, principalmente nos serviços de manutenção de redes, serviços de manutenções de Estações de Tratamento de Esgoto e Estações Elevatórias de Esgoto, serviços de vigilância e serviços técnicos operacionais.

Despesas Operacionais - Comerciais: As despesas comerciais reduziram 45,4%, passando de R\$ 469,6 milhões no exercício de 2022 para R\$ 256,4 milhões no exercício de 2023, principalmente pelo decréscimo percebido na Provisão para Perdas Esperadas na Realização de Créditos, que reduziram 122,9%, passando de R\$ 192,2 milhões em 2022 para uma reversão de R\$ 69,8 milhões em 2023, reflexo da continuidade do programa de Recuperação de Créditos para Clientes Particulares (RECLIP), possibilitando a renegociação de contas em atraso que permitiu aos clientes particulares renegociarem as suas dívidas. A iniciativa contribuiu para um melhor planejamento orçamentário dos clientes e contribuiu para a redução da inadimplência, ao mesmo tempo em que evita a suspensão no abastecimento. Nas renegociações realizadas em 2023, não havia obrigatoriedade de pagamento inicial, nem cobrança de multas. Até julho, os clientes com débitos vencidos podiam parcelar o passivo em até 60 vezes, com taxa de 0,3% ao mês. Em agosto e setembro, a Companhia ofereceu a possibilidade de parcelamento das dívidas em até 48 vezes, com juros de 0,5% ao mês. De outubro a dezembro, o programa previa parcelamento em até 36 vezes, com juros de 0,7% ao mês.

Outras Despesas (Receitas) Operacionais: As Outras Despesas (Receitas) Operacionais reduziram 70,0%, passando de R\$ 102,1 milhões no exercício de 2022 para R\$ 30,7 milhões no exercício de 2023, principalmente pelo reconhecimento de R\$ 87,6 milhões em 2022 referente à conversão de 5 Autos de Infração Ambiental – AIA, lavrados pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA no ano de 2012 em 2 Termos de compromisso de Conversão de Multas – TCCM, o qual será desembolsado ao longo de 120 meses na execução de Ações Ambientais relacionadas ao projeto denominado “Requalificação dos Complexos de cavas para melhoria ambiental do Rio Iguaçu e áreas úmidas do entorno”.

Provisões Cíveis, Trabalhistas e Ambientais: As despesas com provisões contingenciais aumentaram 130,9% em relação ao exercício de 2022 principalmente pela provisão complementar trabalhista no montante de R\$ 38,6 milhões referente ação movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná – SENGE, relativa a diferenças salariais do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração e R\$ 105,3 milhões referente ações trabalhistas cujo objeto é decorrente de reintegração de aposentados e equiparações salariais, compensadas pela

redução das provisões trabalhistas (reversões e pagamentos) no valor de R\$ 94,1 milhões em razão de arquivamento e baixa definitiva de processos. Também ocorreu o registro de provisão cível no valor de R\$ 19,3 milhões, referente equilíbrio econômico-financeiro da massa falida da empresa Gea Engenharia e Empreendimentos Ltda, compensada pelo levantamento de valores relativos à ação judicial do consórcio DM/LFM/SEF no montante de R\$ 12,9 milhões referente a sentença condenatória transitada em julgado relativo a reequilíbrio econômico-financeiro.

Programa de Participação nos Resultados: A provisão contábil para o Programa de Participação nos Resultados, com base em metas e performance estabelecidas para o exercício de 2023, foi no montante de R\$ 115,0 milhões, 30,6% superior ao valor registrado no exercício anterior.

Resultado Líquido: O resultado líquido no exercício de 2023 foi R\$ 1,5 bilhão, 30,5% superior na comparação com o resultado do exercício anterior. A receita operacional bruta teve um crescimento de 11,0%, enquanto os custos e despesas operacionais registraram um aumento de 1,6% em relação ao exercício de 2022. Vale destacar que houve uma economia no pagamento do imposto de renda e da contribuição social de R\$ 153,8 milhões, em função do crédito aos acionistas de Juros sobre o Capital Próprio, em substituição aos Dividendos, no montante de R\$ 452,4 milhões.

Análise Horizontal (AH) dos elementos das Demonstrações dos Fluxos de Caixa referente aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2023	AV (%)	2022	AV (%)	AH (%)
Lucro Líquido do Exercício	1.503.363	63,11	1.151.538	57,83	30,55
Ajustes para Conciliar o Resultado ao Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais					
Depreciações e Amortizações	480.108	20,15	433.420	21,77	10,77
Custos das Baixas do Imobilizado e Intangível	12.525	0,53	16.378	0,82	(23,53)
Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos	(9.807)	(0,41)	2.464	0,12	(498,01)
Ajuste a Valor Presente de Ativos Financeiros	55.857	2,34	(14.456)	(0,73)	(486,39)
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	(69.698)	(2,93)	192.257	9,66	(136,25)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, líquidos	(126.261)	(5,30)	(82.812)	(4,16)	52,47
Provisões	169.385	7,11	73.375	3,68	130,85
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	48.233	2,02	72.703	3,65	(33,66)
Juros sobre Financiamentos	421.586	17,70	358.225	17,99	17,69
Variações Monetárias sobre Financiamentos	101.073	4,24	99.905	5,02	1,17
Juros e Atualizações Monetárias sobre Arrendamentos	45.982	1,93	66.837	3,36	(31,20)
Variações Cambiais, líquidas	(277)	(0,01)	(1.093)	(0,05)	(74,66)
Variações Instrumentos Financeiros Derivativos	2.611	0,11	3.387	0,17	(22,91)
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.263	0,22	3.300	0,17	59,48
Apropriação de Custos na Captação de Recursos de Terceiros	5.942	0,25	5.442	0,27	9,19
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	(292)	(0,01)	41	0,00	(812,20)
	1.142.230	47,95	1.229.373	61,74	(7,09)
Variação nos Ativos e Passivos					
Contas a Receber de Clientes	(250.116)	(10,50)	(381.141)	(19,14)	(34,38)
Impostos e Contribuições a Recuperar	23.690	0,99	(26.914)	(1,35)	(188,02)
Estoques	7.638	0,32	(19.263)	(0,97)	(139,65)
Depósitos Judiciais	(79.575)	(3,34)	(98.701)	(4,96)	(19,38)
Outras Contas a Receber	(17.141)	(0,72)	2.461	0,12	(796,51)
Empreiteiros e Fornecedores	56.775	2,38	25.896	1,30	119,24
Impostos e Contribuições	551.644	23,16	443.238	22,26	24,46
Salários e Encargos a Pagar	39.825	1,67	31.525	1,58	26,33
Cauções e Retenções Contratuais	165	0,01	7	0,00	2.257,14
Receitas a Apropriar	(3.560)	(0,15)	14.133	0,71	(125,19)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(603.487)	(25,33)	(469.301)	(23,57)	28,59
Outras Contas a Pagar	10.813	0,45	88.403	4,44	(87,77)
	(263.329)	(11,05)	(389.657)	(19,57)	(32,42)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	2.382.264	100,00	1.991.254	100,00	19,64
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aplicação no Imobilizado e Intangível	(1.926.103)	100,59	(1.744.142)	99,70	10,43
Aplicação em Investimentos	11.389	(0,59)	(5.180)	0,30	(319,86)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	(1.914.714)	100,00	(1.749.322)	100,00	9,45
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Financiamentos Obtidos	1.025.541	(262,74)	1.073.339	(6.266,94)	(4,45)
Amortizações de Financiamentos	(452.427)	115,91	(328.486)	1.917,94	37,73
Pagamentos de Juros sobre Financiamentos	(412.885)	105,78	(326.645)	1.907,19	26,40
Pagamentos de Arrendamentos	(109.755)	28,12	(87.578)	511,34	25,32
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	(2.462)	0,63	(12.848)	75,02	(80,84)
Depósitos Vinculados	(52.794)	13,53	(25.562)	149,25	106,53
Pagamentos de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(385.542)	98,77	(309.347)	1.806,19	24,63
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos	(390.324)	100,00	(17.127)	100,00	2.179,00
VARIAÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	77.226		224.805		(65,65)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.207.932		983.127		22,87
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.285.158		1.207.932		6,39

Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais: As principais variações que impactaram positivamente a geração de caixa líquido das Atividades Operacionais estão relacionadas aos ajustes de conciliação do resultado devido, principalmente, ao aumento de: (i) 30,6% no Lucro Líquido do Exercício; (ii) 486,4% de Ajuste a Valor Presente de Ativos Financeiros ocasionado, principalmente, pela uniformização dos prazos das concessões de 343 municípios com vencimento em 05/06/2048; (iii) 130,9% em Provisões principalmente pela provisão complementar trabalhista no montante de R\$ 38,6 milhões referente ação movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná – SENGE, relativa a diferenças salariais do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração e R\$ 105,3 milhões referente ações trabalhistas cujo objeto é decorrente de reintegração de aposentados e equiparações salariais, compensadas pela redução das provisões trabalhistas (reversões e pagamentos) no valor de R\$ 94,1 milhões em razão de arquivamento e baixa definitiva de processos. Também ocorreu o registro de provisão cível no valor de R\$ 19,3 milhões, referente equilíbrio econômico-financeiro da massa falida da empresa Gea Engenharia e Empreendimentos Ltda, compensada pelo levantamento de valores relativos à ação judicial do consórcio DM/LFM/SEF no montante de R\$ 12,9 milhões referente a sentença condenatória transitada em julgado relativo a reequilíbrio econômico-financeiro; e (iii) de 34,4% de Contas a Receber de Clientes principalmente pelo reflexo da continuidade do programa de Recuperação de Créditos para Clientes Particulares (RECLIP), possibilitando a renegociação de contas em atraso que permitiu aos clientes particulares renegociarem as suas dívidas. A iniciativa contribuiu para um melhor planejamento orçamentários dos clientes e contribuiu para a redução da inadimplência, ao mesmo tempo em que evita a suspensão no abastecimento.

Caixa Líquido aplicado nas Atividades de Investimento: A principal variação das aplicações nas atividades de investimentos está relacionada com os investimentos no Imobilizado e Intangível realizados no exercício de 2023, que foram de R\$ 1.926,1 milhões, representando um aumento de 10,4% em relação ao exercício anterior, sendo distribuído em 38% no segmento água, 56% no segmento esgoto e 6% em bens administrativos e outros. Em outubro de 2023 a Companhia concluiu a aquisição da totalidade das ações do Capital Social da empresa CS Bioenergia S.A. (60%), pagando R\$ 26,1 milhões, realizando posteriormente, em dezembro de 2023, a sua incorporação societária.

Caixa Líquido aplicado nas Atividades de Financiamentos: As principais variações das aplicações nas atividades de financiamentos decorrem da redução na captação de empréstimos e financiamentos no exercício de 2023, no montante de R\$ 1.025,5 milhões, 4,5% inferior ao exercício anterior, objetivando expandir a prestação de serviços e manter a liquidez da Companhia. Em 2023, também, foram pagos R\$ 452,4 milhões a título de amortização de financiamentos (37,7% a maior do que no exercício anterior) e R\$ 412,9 milhões em juros sobre financiamentos, 26,4% a mais do que em 2022, em decorrência principalmente do aumento dos valores captados e pelos acréscimos decorrentes das variações dos índices econômicos contratuais.

Resultado operacional e financeiro (correspondente ao item 2.2 do Formulário de Referência)

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita operacional líquida da Companhia é gerada preponderantemente por meio das suas atividades de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, as

quais são decorrentes de contratos de concessão e contratos de programa. O crescimento da Companhia está ligado ao crescimento da população do Estado do Paraná e ao aumento do número de unidades que necessitam dos serviços de saneamento básico.

Dos 346 municípios atendidos pela Sanepar, conforme estabelecido pela 6ª/2023 e 7ª/2023 Assembleias Gerais Extraordinárias das Microrregiões de Água e Esgoto do Estado do Paraná (MRAE-1, MRAE-2 e MRAE-3), os prazos das concessões de 343 municípios foram uniformizados com vencimento em 05/06/2048, com exceção dos municípios de: (i) Porto União, com vencimento em 31/03/2048; (ii) Maringá, com vencimento em 27/08/2040, que se encontra em discussão judicial; e (iii) Andirá, que tem vencimento em 05/12/2032. A principal receita advém do contrato firmado com o Município de Curitiba, cujos percentuais da receita nos exercícios de 2023, 2022 e 2021 corresponderam a 22,3 %, 22,1% e 21,5%, respectivamente. As outras nove receitas mais relevantes representaram nos mesmos exercícios 31,4%, 31,4 % e 31,2% respectivamente do total da receita da Companhia.

A receita da Companhia continua sendo composta, na sua maioria, pela prestação de serviços a clientes residenciais, comerciais e industriais nos municípios atendidos, sendo que 62,8% da receita corresponde ao fornecimento de água e serviços relacionados, 36,0% corresponde à receita de esgoto e serviços conexos e 1,2% corresponde aos demais serviços. A solidez da receita está amparada pelos contratos de programa/concessão entre a Companhia e os municípios que tem *Maturity** de 24,1 anos (*com base na receita bruta de cada município).

Anualmente, a Sanepar publica o Plano de Trabalho Integrado de Gerenciamento de Riscos e Controles internos, Compliance e Segurança da Informação. Em 2023, a Companhia revisou o portfólio de riscos corporativos, que vem sendo acompanhado sistematicamente em todos os níveis da gestão. Entre os 20 riscos corporativos, 9 foram priorizados sendo um deles o risco de “Redução ou Perda de Receita e Impactos da Arrecadação”. Desta forma, ele é monitorado através de indicadores e controles específicos, afim de mitigar sua materialização. O relatório de monitoramento é reportado ao Comitê de Riscos, à Diretoria Executiva, ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração.

A tabela abaixo apresenta o total da receita operacional da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022, e 2021, segmentados por natureza:

	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
	(Em milhares de Reais)		
Receitas com Água	4.171.892	3.740.630	3.415.183
Receitas com Esgoto	2.410.911	2.186.347	1.993.856
Receitas de Serviços	115.840	106.938	112.279
Receitas de Resíduos Sólidos	13.774	12.503	11.740
Serviços prestados a Prefeituras	24.356	22.027	20.914
Doações efetuadas por Clientes	35.058	35.202	34.171
Outras Receitas	11.175	6.362	5.760
TOTAL	6.783.006	6.110.008	5.593.903
COFINS/PASEP	(490.270)	(436.361)	(389.491)
Receita Operacional Líquida	6.292.736	5.673.647	5.204.412

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a receita operacional líquida atingiu R\$ 6,3 bilhões, alta de 10,9% em comparação com o ano de 2022. Tal resultado se deve, principalmente, ao impacto integral em 2023 do Reajuste Tarifário Anual (IRT) de 4,96 %, aplicado desde 17 de maio de 2022 e à Revisão Tarifária Periódica (RTP) de 8,23% aplicada a partir de maio de 2023; ao crescimento dos volumes faturados de água e esgoto; e aumento no número de ligações.

Em 2023, a Companhia expandiu os serviços e realizou 38 mil novas ligações de água e 72 mil novas ligações de esgoto, que contribuíram para o crescimento de 4,7% no volume faturado de água e de 6,8% no volume faturado de esgoto.

Em 2023, o Lucro Líquido foi de R\$ 1,5 bilhão, 30,5% superior na comparação com o resultado de 2022. A margem líquida cresceu 3,6 p.p., alcançando 23,9% no ano, em razão do crescimento da receita líquida, da eficiente gestão de custos e despesas e da economia tributária decorrente do crédito aos acionistas de juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos obrigatórios.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida atingiu R\$ 5,7 bilhões, alta de 9,0% em comparação com o ano de 2021. Tal resultado se deve, principalmente, ao Reajuste Tarifário Anual (IRT) de 4,96% a partir de maio de 2022, ao Reajuste Tarifário Anual (IRT) de 5,11 %, aplicado desde 5 de fevereiro de 2021, e à revisão tarifária de 5,77%, em vigor desde 17 de maio de 2021.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida da Companhia foi de R\$ 5.204,4 milhões, sendo que desse total, R\$ 3.309,0 milhões foi proveniente do serviço de distribuição de água tratada e R\$ 1.895,4 milhões decorreu das operações de coleta e tratamento de esgoto. O aumento em relação a 2020 foi de 8,4%, reflexo do Reajuste Tarifário Anual – IRT de 5,11% a partir de 05 de fevereiro de 2021 e da revisão tarifária de 5,77% a partir de 17 de maio de 2021, apesar da diminuição dos volumes faturados de água e esgoto, reflexo da crise hídrica prolongada e das mudanças no perfil de consumo das famílias atendidas. Outro fator decorre do aumento de 2,3% na quantidade de ligações de água e de 3,1% na quantidade de ligações de esgoto se comparados a 2020.

Ademais, os resultados da Companhia são afetados, entre outros, pelos seguintes fatores:

- as condições do ambiente macroeconômico brasileiro;
- crescimento populacional do Estado do Paraná;
- processos de revisão e reajustes de tarifas;
- situações climáticas;
- o custo dos insumos relevantes para suas operações.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As operações da Companhia são restritas ao mercado interno e, conseqüentemente, não há impacto decorrente de taxa de câmbio na receita operacional líquida. A receita operacional líquida da Companhia é impactada, entre outros, pelos reajustes e revisões tarifárias, pelos volumes faturados e quantidade de ligações.

A receita operacional líquida e condição financeira são altamente dependentes da capacidade da Companhia de obter a aprovação e estabelecer tarifas adequadas pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Em 20/04/2023, o Conselho Diretor da AGEPAR homologou o índice de reajuste de 8,2327%, que contemplou o cálculo final do reposicionamento tarifário referente à 2ª RTP, os reajustes tarifários anuais (IRTs) de 2022 e 2023, indexados ao IPCA, e o Fator X de 0,08%, aplicado sobre a tarifa total resultante do PO (exceto as parcelas financeiras), com início de vigência da nova tarifa a partir de 17 de maio de 2023.

O quadro a seguir demonstra, nos períodos indicados, os aumentos percentuais das tarifas da Companhia (reajuste médio), comparados a três índices de inflação.

INDEXADORES	2023	2022	2021
IPCA	4,62%	5,78%	10,06%
IGP-M	-3,18%	5,45%	17,78%
INPC	3,71%	5,93%	10,16%
SANEPAR	8,2327%	4,96%	5,77%

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Em 2023, os indicadores econômicos percebidos refletiram uma situação de estabilidade. Sob o aspecto da crise hídrica, este não é mais um fator preocupante a curto prazo em comparação aos anos de 2020 e 2021, principalmente tendo em vista os volumes de chuvas favoráveis durante o ano, com os níveis das barragens próximos à sua capacidade máxima.

A inadimplência atingiu -2,4%, apresentando uma redução significativa em comparação com os 3,4% verificados em 2022. O percentual de inadimplência se reduziu, principalmente, em razão da adesão dos clientes particulares, até 31/07/2023, ao Programa de Recuperação de Créditos implementado pela Companhia (RECLIP), que previu o parcelamento das dívidas em até 60 vezes.

A Receita Operacional Líquida, foi superior em 10,9%, diante do aumento de 1,6% nos custos e despesas operacionais. Os serviços de materiais apresentaram aumento de 9,8% decorrentes da inflação e do aumento dos volumes produzidos; a conta de energia elétrica foi favorável para a Companhia, tendo sido reduzida em 4,2% no seu custo, quando comparada ao ano de 2022; as despesas (receitas) financeiras tiveram um aumento de 32,9%, decorrentes de juros e taxas de empréstimos e financiamentos cresceram principalmente devido ao impacto do aumento do CDI em 13,04% no acumulado dos últimos doze meses (12,39% no período anterior), a contratação da 13ª emissão de debêntures, as liberações relacionadas aos contratos da dívida e a correção monetária aplicada nos contratos no período analisado. Em contrapartida, as Receitas Financeiras cresceram devido, principalmente, às Outras Receitas Financeiras por meio das contas de Acréscimo por Inadimplemento (multas aplicadas pela Companhia) e Receita AVP s/ Ativo (aumento do valor de imobilizados).

Sob o aspecto de Empréstimos e Financiamentos, com o objetivo de expandir a prestação dos serviços e manter a liquidez da Companhia, a Sanepar capta recursos de terceiros junto a

bancos públicos (Caixa Econômica Federal e BNDES) e ao mercado de capitais. Durante o ano de 2023, a Companhia captou R\$ 363,1 milhões de recursos com a Caixa Econômica, R\$ 190,3 milhões com o BNDES e R\$ 72,1 milhões com o Banco KfW.

Além dos montantes captados junto a instituições financeiras, a Companhia efetuou a 13ª emissão de debêntures em abril, captando R\$ 400 milhões no mercado. Os recursos estão sendo destinados à complementação do plano de investimentos da Companhia, nos Projetos Elegíveis (conforme definido na Escritura de Emissão), incluindo os negócios de gestão ordinária da Companhia. Os papéis ofertados atendem, ainda, os critérios ASG, sendo classificados como Títulos Sustentáveis e Azuis.

Os diretores devem comentar (correspondente ao item 2.3 do Formulário de Referência)

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças nas práticas contábeis no Exercício Social de 2023.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Sanepar respeita a independência do auditor externo e entende a importância da capacidade que a entidade de auditoria deve ter de julgar e atuar com integridade e objetividade para poder emitir relatórios ou pareceres imparciais.

Os diretores informam que os relatórios dos auditores independentes emitidos pela BDO RCS Auditores Independentes referente às informações contábeis intermediárias para os períodos encerrados em 31 de março de 2023, 30 de junho de 2023, 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2023, foram emitidos sem ênfase.

Para o período findo em 31 de março de 2023:

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações contábeis intermediárias executadas pelo auditor da Entidade e "ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity" respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o NBC TG 21 (R4) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao ano e período anterior

As informações contábeis intermediárias contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo, incluem informações contábeis intermediárias correspondentes ao resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e do valor adicionado do período de três meses findos em 31 de março de 2022, obtidas das informações contábeis intermediárias daquele trimestre, apresentadas para fins de comparação. A revisão das informações intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2022, foram conduzidas sob a nossa responsabilidade, as quais continham ênfase sobre a Investigação interna independente, referente às Operações “Rádio Patrulha”, “Integração”, “Águas Claras”, e “Ductos”, que foram concluídas ao final do exercício de 2021, e emitimos relatórios de revisão, datado de 05 de maio de 2022, sem modificação.

Informações Intermediárias do Valor Adicionado

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as Informações Intermediárias do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas informações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado - Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas informações intermediárias do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 11 de maio de 2023.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PR 006853/F-9
Marisa Bernardino de Albuquerque
Contadora CRC 1 SP 143624-O/T - S – PR

Para o período findo em 30 de junho de 2023:

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações contábeis intermediárias executadas pelo auditor da Entidade e “ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity” respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas informações intermediárias do valor adicionado foram submetidas a procedimentos de revisão executados

em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – “Demonstração do Valor Adicionado” - Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas informações intermediárias do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 10 de agosto de 2023.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PR 006853/F-9
Marisa Bernardino de Albuquerque
Contadora CRC 1 SP 143624-O/T - S – PR

Para o período findo em 30 de setembro de 2023:

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações contábeis intermediárias executada pelo auditor da Entidade e "ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity" respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o NBC TG 21 (R4) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas informações intermediárias do valor adicionado foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto Informações intermediárias do valor adicionado.

Curitiba, 08 de novembro de 2023.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PR 006853/F-9
Marisa Bernardino de Albuquerque
Contadora CRC 1 SP 143624-O/T - S – PR

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023:

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Plano de aposentadoria e assistência médica

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 19, a Companhia é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar na modalidade de benefício definido, bem como também patrocinadora do plano de saúde destinado aos empregados ativos e aposentados. A apuração dos passivos atuariais é determinada a partir de laudos emitidos pelo atuário independente. As informações sobre ativos e passivos do plano, bem como os critérios de mensuração das obrigações estão descritas na nota explicativa supracitada.

O assunto foi considerado relevante para nossa auditoria, considerando o montante envolvido, e o alto grau de complexidade na determinação das premissas e no julgamento associado à determinação dos passivos atuariais. Variações nas premissas utilizadas, como mortalidade, rotatividade, taxas de desconto e inflação podem afetar significativamente os passivos reconhecidos pela Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos especialistas da área atuarial para auxiliar-nos na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos passivos atuariais e confrontamos as premissas com os dados de mercado. Além disso, revisamos a adequação das divulgações realizadas pela Companhia em relação ao assunto.

Com base na nossa abordagem de auditoria nos procedimentos efetuados, consideramos que as estimativas utilizadas no reconhecimento de passivos atuariais da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos e informações incluídas nas demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

Reconhecimento de receita não faturada

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 23, a Companhia reconhece mensalmente como receita operacional valores referentes a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais "receitas não faturadas". Uma vez que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, que muitas vezes não coincide com os fechamentos mensais, a Companhia adota estimativas que incluem informações como média de consumo obtida na última leitura dos hidrômetros a ser atribuída a cada consumidor para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil, e atribuída a cada segmento de operação da Companhia.

Levando em consideração o montante envolvido, e o grau de julgamento da Administração na preparação dessa estimativa, entendemos que existem riscos relevantes referentes ao reconhecimento da receita em período incorreto e/ou risco de distorção relevante às demonstrações contábeis.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, o entendimento dos controles internos implementados pela Companhia sobre o processo de reconhecimento de receita, com foco no entendimento da metodologia utilizada para cálculo da estimativa de receita não faturada. Além disso, efetuamos recálculo da estimativa de faturamento, que resultaram nos saldos reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as estimativas de reconhecimento de receitas não faturadas da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos feitos e às divulgações correspondentes são razoáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Demandas administrativas e judiciais

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 18, a Companhia é parte passiva em diversos processos trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias, cuja provisão para contingências soma um montante de R\$ 858.613 mil, em de 31 de dezembro de 2023, como resultado de suas atividades operacionais.

O monitoramento desse assunto foi considerado relevante para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, e ao grau de julgamento envolvido para determinar se uma provisão deve ser registrada, bem como pela complexidade do ambiente tributário no Brasil.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a obtenção e análise de cartas de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca dos processos em aberto com as posições mantidas pela Administração, bem como a realização de entrevistas com a Administração e com o Departamento Jurídico da Companhia, para discutir as premissas utilizadas para contabilização e a evolução dos principais processos judiciais em andamento. Além disso, avaliamos o histórico de perdas da Companhia e se a divulgação sobre o assunto, constante na Nota Explicativa nº 18, está razoável.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as estimativas para reconhecimento de provisões para contingências da Companhia são apropriadas para suportar os saldos contabilizados e informações incluídas nas divulgações das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Contratos de programa/concessão

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nos 10, 11 e 13.b às demonstrações contábeis, a Companhia mantém o montante de R\$ 708.227 mil registrado como "Ativos financeiros contratuais", R\$ 2.761.013 mil registrado como "Ativo de contrato", e R\$ 10.343.667 mil registrado no "Ativo intangível" em 31 de dezembro de 2023, relacionados a investimentos realizados em consonância com seus contratos de programa/concessão de serviços de saneamento. Os valores do ativo intangível possuem expectativa de recuperação ao longo dos respectivos contratos de programa/concessão, baseada no recebimento de tarifas de serviços prestados aos usuários, enquanto os valores dos ativos financeiros contratuais representam a parcela indenizável pelo poder concedente no momento do término do contrato. Devido a esses investimentos serem amortizados pelo prazo dos respectivos contratos de programa/concessão, a Administração da Companhia avalia, no mínimo anualmente, a existência de indícios de perda no valor recuperável "impairment" desses ativos e, adicionalmente, opta por divulgar sua análise do valor em uso, com base em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, as quais envolvem julgamentos sobre os resultados futuros do negócio.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: (i) entrevistas com o Departamento Jurídico e Operacional da Companhia, além da sua área - contábil-financeira, para entender situações das renovações pendentes de contratos vencidos; (ii) obtenção de opinião do Departamento Jurídico da Companhia acerca da situação e probabilidade de ganho dos eventuais contratos em disputa entre a Companhia e o respectivo poder concedente; e (iii) revisão de atas das reuniões da Diretoria e conselhos da Companhia com o objetivo de identificar problemas

relacionados à continuidade de seus contratos de programa/concessão. Tais procedimentos visaram suportar nossa conclusão sobre a análise da Companhia de que não foram identificados indícios de possível impairment dos ativos relacionados aos contratos de programa/concessão da Companhia. Adicionalmente, devido ao fato de a Companhia opcionalmente realizar análise do valor em uso do seu ativo intangível e divulgar essa informação conforme Nota Explicativa nº 13.d, mesmo não sendo requerida conforme CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos por se tratarem de ativos com vida útil definida, nossos procedimentos incluíram a leitura do laudo preparado pela Companhia incluindo as previsões de fluxo de caixa futuro consideradas e principais premissas utilizadas e análise da divulgação adequada das referidas premissas nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que a conclusão da Companhia sobre não ter identificado indícios de impairment para os ativos relacionados aos contratos de programa/concessão são apropriados para suportar os saldos contábeis e as informações incluídas nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações contábeis acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo critérios definidos no referido pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada

de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela Governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Curitiba, 08 de fevereiro de 2024.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 PR 006853/F-9

Marisa Bernardino de Albuquerque

Contadora CRC 1 SP 143624-O/T - S – PR

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados (correspondente ao item 2.4 do Formulário de Referência)

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não foi introduzido ou alienado qualquer segmento operacional nas atividades da Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 02/10/2023 a Companhia efetivou a aquisição de 60% da participação societária na empresa CS Bioenergia S.A, investimento de qual já detinha 40% das ações. Em 15/12/2023, conforme a 125ª AGE da Sanepar, a Companhia efetivou a incorporação societária da empresa CS Bioenergia S.A., não resultando em aumento de Capital.

c. eventos ou operações não usuais

A Companhia não praticou eventos ou operações não usuais.

Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve: (correspondente ao item 2.5 do Formulário de Referência):

a. Valor das medições não contábeis (EBITDA e Margem EBITDA)

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é uma medida não contábil divulgada pela Sanepar em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM nº 527"), conciliada com as demonstrações contábeis e consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciações e amortizações. A margem EBITDA é calculada por meio da divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não são auditadas ou revisadas por nossos auditores independentes, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias, cabendo observar que utilizamos como base para o cálculo a Instrução CVM nº 527, que versa sobre essa medida no artigo 3º, inciso I.

Seguem abaixo os valores do EBITDA, da margem EBITDA, para os períodos indicados:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
(milhares de R\$)	2023	2022	2021
EBITDA	2.827.398	2.221.965	2.273.214
Margem EBITDA	44,9%	39,2%	43,7%

b. Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
(milhares de R\$)	2023	2022	2021
Lucro Líquido	1.503.363	1.151.538	1.177.631
(+) Resultado financeiro líquido	322.969	242.998	275.182
(+) Imposto de renda e contribuição social	520.958	394.009	425.935
(+) Depreciação e amortização	480.108	433.420	394.466
Total	2.827.398	2.221.965	2.273.214

Margem EBITDA

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
<i>(milhares de R\$, exceto %)</i>			
Receita Operacional líquida	6.292.736	5.673.647	5.204.412
Margem EBITDA ⁽¹⁾	44,9%	39,2%	43,7%

⁽¹⁾ A Margem EBITDA consiste no EBITDA dividido pela receita operacional líquida

Dívida Bruta e Dívida Líquida

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
<i>(milhares de R\$)</i>			
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil	5.777.660	5.083.244	4.120.566
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.207.932	983.127	874.323
Dívida Líquida	4.492.502	3.875.312	3.137.438
Patrimônio Líquido	9.744.200	8.786.887	7.826.342
EBITDA Acumulado 12 meses	2.827.398	2.221.965	2.273.214
Relação Dívida Líquida/EBITDA	1,59x	1,74x	1,38x
Relação Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	0,46x	0,44x	0,40x

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA e a Margem EBITDA são divulgados pela Companhia como informação complementar por entender que são indicadores úteis na avaliação do desempenho operacional da Companhia.

Os Endividamentos Bruto e Líquido são medidas apropriadas para demonstrar a capacidade financeira da Companhia para honrar os compromissos futuros e é um componente do cálculo do Índice de Alavancagem Financeira, com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida/patrimônio líquido e dívida líquida/EBITDA, as quais não são auditadas ou revisadas por nossos auditores independentes. Para efeito de dívida líquida consideram-se empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil, menos caixa e equivalentes de caixa.

Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social de 2023 que as altere substancialmente (correspondente ao item 2.6 do Formulário de Referência):

No dia 22 de janeiro de 2024, foi publicado Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única da 14ª emissão de debêntures, no montante de R\$600 milhões.

Os diretores devem comentar a destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais, indicando substancialmente (correspondente ao item 2.7 do Formulário de Referência):

a. regras sobre a retenção de lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, observado nos 3 últimos exercícios sociais, do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva

legal, nessa ordem.

Do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, o valor decorrente de doações e subvenções governamentais será destinado a Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o art. 195-A da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), 5,0% serão aplicados na constituição da Reserva Legal, que não poderá exceder a 20,0% do capital social, de acordo com o art. 193 da mesma Lei.

A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Entende-se por lucro líquido a parcela remanescente do resultado do exercício social após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

De acordo com a tabela abaixo é possível identificar a destinação relativa ao lucro líquido dos 3 últimos exercícios sociais:

	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
AGO		28/04/2022	22/04/2021
	(Em milhares de Reais)		
Reserva de Incentivos Fiscais	10	55	12
Reserva Legal (5%)	75.168	57.574	58.881
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio*	452.372	432.623	343.564
Reserva para Plano de Investimentos	980.191	665.998	780.674

* Em 2021 foram destinados R\$ 325.863 a título de JCP e R\$ 17.701 dividendos complementares.
Em 2022 e 2023, os valores foram distribuídos apenas a título de JCP.

b. regras sobre a distribuição de dividendos

O Estatuto Social prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado (lucro líquido do exercício após a constituição de reserva para incentivos fiscais e reserva legal) de acordo com a legislação societária. A Administração poderá, além do dividendo anual obrigatório, observada a saúde financeira e o interesse público que motivou a constituição da Companhia, aprovar a distribuição como dividendo adicional de até mais 25% do lucro líquido.

Para os acionistas detentores de ações preferenciais é atribuído juros sobre o capital próprio e/ou dividendo por ação, 10% superior do que for atribuído aos acionistas detentores de ações ordinárias, na forma do inciso II, do parágrafo 1º do art. 17, da Lei das Sociedades por Ações.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

A Sanepar efetua semestralmente, em junho e dezembro de cada exercício, crédito contábil aos seus acionistas referente a Juros sobre o Capital Próprio relativo ao resultado de cada semestre, para os acionistas com posição acionária no último dia útil de junho e de dezembro de cada exercício.

Hoje, o fluxo de declaração, crédito e pagamento de proventos segue o que está estabelecido na Política de Dividendos, ou seja, é preciso a aprovação e definição da data de pagamento em AGO (Assembleia Geral Ordinária) que se realizará dentro dos quatro primeiros meses seguintes

ao término do exercício social, por proposta da administração da Companhia.

A Companhia poderá, ainda em períodos inferiores declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta do lucro apurado nas demonstrações contábeis intermediárias, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei.

Ainda, por deliberação do Conselho de Administração, poderão ser declarados dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes na última demonstração anual ou semestral. Também mediante decisão do Conselho de Administração, os dividendos, inclusive dividendos intermediários e/ou intercalares, poderão ser pagos a título de juros sobre capital próprio. Dividendos intermediários e/ou intercalares deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório.

Os dividendos são pagos dentro do prazo de 60 dias, a contar da data de realização da Assembleia Geral que aprovar a sua distribuição, ou em conformidade com a deliberação da Assembleia, cabendo à Diretoria, respeitado esse prazo, determinar as épocas, lugares e processos de pagamento.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social e na Política de Dividendos da Companhia, não há, além das atribuídas às emissões de debêntures abaixo relacionadas, restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

Assim, poderão vencer antecipadamente, caso a Companhia distribua dividendos ou realize quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, estando em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nas escrituras de emissão das debêntures ou no descumprimento de qualquer dos índices financeiros definidos, ressalvando o pagamento do dividendo mínimo obrigatório às:

- 14ª emissão de debêntures da Companhia emitida em janeiro de 2024, série única, com vencimento em 15 de janeiro de 2030.
- 13ª emissão de debêntures da Companhia emitida em abril de 2023, série única, com vencimento em 15 de abril de 2028.
- 12ª emissão de debêntures da Companhia emitida em janeiro de 2022 em 2 séries, com vencimentos em 15 de janeiro de 2027/2032;
- 11ª emissão de debêntures da Companhia emitida em março de 2021, em três séries, com vencimentos em 15 de março de 2025/2029/2031;
- 10ª emissão de debêntures da Companhia realizada em março de 2020, com vencimento em 15 de março de 2027;
- 9ª emissão de debêntures da Companhia realizada em 16 de junho de 2019, em 2 séries, com vencimentos em 16 de junho de 2024/2026;
- 7ª emissão de debêntures da Companhia realizada em 15 de novembro de 2011, em 4

- séries, com vencimento em 15 de novembro de 2038;
- 4ª emissão de debêntures da Companhia realizada em 15 de julho de 2018, em 2 séries, com vencimento em 15 de julho de 2027; e
- 2ª emissão de debêntures da Companhia realizada em 15 de agosto de 2011, em 3 séries, com vencimentos em 16 de agosto de 2024.

Para mais informações sobre as referidas debêntures, ver item 12.3 do Formulário de Referência.

- e. **se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia possui Política de Dividendos formalizada e aprovada pelo Conselho de Administração, em sua 4ª/2017 Reunião Extraordinária, realizada em 30 de maio de 2017.

A referida política estabelece os princípios e diretrizes quanto ao pagamento dos dividendos pela Companhia. Os limites e critérios estabelecidos estão fundamentados na Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), no Estatuto Social da Companhia e em deliberações do Conselho de Administração e/ou Assembleia Geral da Companhia.

A referida política está disponível na página de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.sanepar.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas>) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando (correspondente ao item 2.8 do Formulário de Referência):

a. ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial da Companhia (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido indicando respectivos passivos;

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

(iii) contratos de construção não terminada;

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos;

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis;

Não se aplica.

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar (correspondente ao item 2.9 do Formulário de Referência):

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações contábeis da Companhia

Não se aplica.

b. natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não se aplica.

Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos (correspondente ao item 2.10 do Formulário de Referência):

a. investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia adequou seu Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para atender à Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, complementada pelo Decreto nº 11.598, de 12 de julho de 2023. O PPI da Sanepar contempla a garantia do abastecimento de água com qualidade e os compromissos assumidos em contratos de concessão e de programa alinhados com as metas pactuadas em 10 de outubro de 2023 na 6ª Assembleia do Colegiado Microrregional de Água e Esgoto do Paraná.

O Plano é elaborado para ciclos de cinco anos e acompanhado trimestralmente pelo Conselho de Administração, além de passar por revisões anuais realizadas por todas as lideranças da Sanepar.

No contexto da universalização prevista no Marco Legal do Saneamento, a Sanepar está bem posicionada quanto à distribuição de água tratada, pois já atende 100% da população urbana. Quanto à coleta de esgoto, o índice atual é de 80,2%, uma vez que ainda há municípios em que não há sistema de esgotamento implantado. A Sanepar vem trabalhando para atender a essas localidades, estudando alternativas que garantam serviços de qualidade sem prejudicar a sustentabilidade econômica da Companhia.

Para aprimoramento, manutenção e expansão de redes, a Companhia investiu, entre 2019 e 2023, R\$ 7,0 bilhões. Até 2028, o PPI prevê outros R\$ 11,2 bilhões em investimentos: R\$ 7,4 bilhões nos sistemas de esgoto, R\$ 3,4 bilhões na distribuição de água tratada e R\$ 0,4 bilhão em outros serviços.

Adicionalmente, em novembro de 2023, a Companhia reavaliou seu plano de investimentos para o período de 2024 a 2028. O programa de investimentos contempla aplicações a fim de garantir o abastecimento de água e sua qualidade; compromissos assumidos nos contratos de concessão e de programa visando a universalização dos serviços de esgoto; demandas oriundas de diagnósticos operacionais dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário; *compliance* ambiental; infraestrutura administrativa.

O Plano de Investimentos contempla também, a adoção de inovações, principalmente a inovação aberta. Durante o exercício, a Sanepar concluiu seu segundo edital de estímulo a startups, com projetos voltados a sistemas sustentáveis de esgotamento sanitário, em parceria com o Parque Tecnológico Itaipu (PTI); uso agrícola do lodo do esgoto; oportunidades de negócios em biofertilizantes; secagem térmica e combustão de lodo, entre outros.

Investimentos previstos para o período de 2024 a 2028	
Anos	R\$ Milhões
2024	2.381,9
2025	2.524,2
2026	2.169,6
2027	1.977,5
2028	2.162,6
Total	11.215,8

A Companhia busca por meio destes recursos estar alinhada com os seus objetivos estratégicos e eixos norteadores:

- Sustentabilidade – Assegurar o equilíbrio econômico-financeiro dos negócios; conservar o meio ambiente; promover a responsabilidade social.
- Poder Concedente e Clientes - Manter e ampliar o mercado; elevar a satisfação do cliente com atendimento de qualidade e inovação
- Excelência Operacional – Garantir a a efetividade operacional dos produtos e serviços; aprimorar e inovar projetos e processos.
- Capital Humano – Aperfeiçoar e desenvolver a cultura organizacional; consolidar os processos da empresa em um ambiente íntegro, colaborativo e inspirador.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os recursos relativos ao Plano Plurianual de Investimentos são oriundos de recursos próprios, bem como de terceiros, que a Administração pretende obter via contratação de novos financiamentos com instituições financeiras, além das linhas já contratadas e em fase de desembolso.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não está em andamento ou prevista a realização de qualquer desinvestimento relevante.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em 2023, a Sanepar adquiriu a totalidade das ações da CS Bioenergia S.A e realizou a sua incorporação societária, assumindo seu controle e gestão completa. Localizada ao lado da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Belém, essa companhia tem como objetivos a exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos, orgânicos e do lodo produzido no local, além da produção de biogás e geração de energia através do processo de biodigestão. A CS Bioenergia S.A. iniciou sua operação em junho de 2017, atingindo sua estabilidade operacional em 2019, ano em que iniciou o processo de transferência de créditos de energia elétrica para unidades consumidoras da Sanepar.

Além da participação acima e dos investimentos realizados em sistemas de saneamento básico no Estado do Paraná, não foram adquiridos outros ativos que possam influenciar materialmente em sua capacidade de prestação de serviços.

b. novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

- Monitoramento em tempo real de ativos naturais e construídos (rios, reservatórios, barragens), além do monitoramento climático;
- Desenvolvimento de sistema inteligente de monitoramento e segurança de barragens;
- Avaliação das soluções baseadas na natureza como estratégia de resiliência hídrica;
- Epidemiologia baseada no esgoto como ferramenta de vigilância sanitária;
- Estudos sobre o uso do biogás como combustível para promover termicamente a secagem e a higienização de lodo de esgoto, geração de energia elétrica e produção de biometano e hidrogênio;
- Usina solar flutuante em reservatórios de água;
- Geração hidroenergética em infraestruturas sanitárias;
- Estudos sobre valorização de lodo de esgoto com foco na produção de biofertilizantes;
- Estudo de alternativas para sistemas descentralizados de tratamento de esgoto;
- Monitoramento inteligente de sistema de abastecimento de água;
- Detecção inteligente de perdas de água em redes de distribuição;
- Avaliação em escala piloto da secagem térmica de lodo com microondas e produção de pavers;
- Desenvolvimento de metodologias e processos para a recuperação e monitoramento de nutrientes a partir de águas residuais e sensoriamento da eficiência do processo;
- Monitoramento de micropoluentes na água e no esgoto;
- Estudo da aplicabilidade de bentonitas no tratamento da água;
- Programa Paranaense de Pesquisa em Saneamento Ambiental (PPPSA).

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2023, investiu-se R\$ 15 milhões em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

- Cooperação técnica e financeira firmada entre a Itaipu, a Fundação Parque Tecnológico Itaipu-Brasil e a Sanepar visando o desenvolvimento do projeto intitulado “Implantação de Sistemas Sustentáveis de Esgotamento Sanitário”;

- Implementação do sistema de secagem térmica de lodo de esgoto na ETE Atuba Sul (da pesquisa – 100 kg/h para a prática em escala – 5.000 kg/h);
- Desenvolvimento de diretrizes para contratação de novo sistema de gestão de faturas de energia elétrica e monitoramento em tempo real em mais de 300 unidades consumidoras da Sanepar;
- Migração de mais de 800 unidades consumidoras de energia elétrica da Sanepar para o mercado livre com economia estimada de mais de 620 milhões de reais em 5 anos;
- Realização de estudos sobre água de reuso para fins industriais e sobre tratamento de efluentes industriais;
- Realização de estudo de pré-viabilidade para uso de fibra ótica em redes coletoras de esgoto (parceria IFC, Grupo Banco Mundial);
- Ampliação da utilização de tecnologias modulares em estações de tratamento de esgoto (ETEs);
- Estudos para mitigação e adaptação às mudanças climáticas em processos da Sanepar;
- Programa de Inovação Aberta no Setor de Saneamento Ambiental (Sanepar Startups);
- Cooperação técnica para melhoria no sistema de esgotamento sanitário de Resistência – Argentina (parceria Sameep/Banco Mundial).

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Conforme reportado no item (ii), em 2023, investiu-se R\$ 15 milhões em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Sanepar vem enfrentando muitos desafios nos últimos anos, de ordem regulatória, com o Marco Legal do Saneamento, climática e ambiental, entre outros. A agenda ASG manteve o comprometimento do desenvolvimento de atividades e iniciativas, com o objetivo de levar saúde, qualidade de vida e conscientização à população. Além de contemplar investimentos em infraestrutura e operação, teve como foco, projetos sustentáveis e resilientes, buscando eficiência energética, atentos às emergências climáticas.

Ao longo de 2023 foram formalizadas 21 parcerias para obras em comunidades rurais, com investimentos aproximados de R\$ 14 milhões em conjunto com os municípios, e aproximadamente 91 obras em andamento, algumas delas com conclusão prevista para 2024.

O plano 2024-2028 prevê o atendimento de 18 aldeias indígenas e comunidades quilombolas com serviços de fornecimento de água nos municípios de Vitorino, Guaíra, Terra Roxa, Tamarana e Santa Helena. Nova Laranjeiras, Clevelândia, Pontal do Paraná, Piraquara, Adrianópolis e São Miguel do Iguçu. Para atingir as metas de universalização, a Sanepar incrementou os investimentos no saneamento rural e em comunidades quilombolas e aldeias indígenas, limitando os desembolsos a 0,15% da receita líquida de água e esgoto do ano anterior. Em 2023, a Sanepar obteve Receita Líquida de R\$ 6,3 bilhões - sendo assim, os desembolsos para Saneamento Rural em 2024 podem chegar a R\$ 9,4 milhões.

A Sanepar implementou o Programa de Recuperação de Créditos para Clientes Particulares Ativos e Inativos (RECLIP), possibilitando a negociação de contas em atraso que somavam aproximadamente R\$ 814 milhões. A iniciativa contribui para um melhor planejamento

orçamentário dos clientes e para a redução da inadimplência, ao mesmo tempo em que evita a suspensão no abastecimento.

Ainda, a Sanepar também conta com o Programa Caixa D'Água Boa, que é realizado em parceria com o Governo do Estado do Paraná, representado pela Secretaria de Justiça, Família e Trabalho - SEJUF, com a participação dos Municípios, atende às famílias paranaenses em situação de vulnerabilidade social, por meio do fornecimento de kits de materiais para a instalação da caixa-d'água de 500 litros em suas residências. Em 2023 foram beneficiadas 2.000 famílias em 100 municípios, com investimento de R\$ 2,2 milhões.

As questões de sustentabilidade são intrínsecas à atividade do setor de saneamento. As operações da Companhia geram impactos ambientais positivos e negativos, relacionados à preservação do ciclo da água na natureza e às obras de abastecimento em áreas cada vez mais urbanizadas.

Em 2023 foram reciclados na agricultura 24.207 toneladas de lodo (higienizado) gerado a partir do tratamento do esgoto em 28 Unidades de Gerenciamento de Lodo (UGLs) de Estações da Sanepar. O produto final (biossólido) fornecido pela Sanepar (gratuitamente) beneficiou 144 agricultores, situados em 57 municípios do Estado do Paraná, promovendo a correção de solo e aporte de nutrientes e matéria orgânica para mais de 2.845 hectares, para diversas culturas, como soja, milho, café, trigo, entre outras.

Para expandir a eficiência energética, em 2023 ocorreu a licitação de dois lotes, no mercado livre de energia elétrica, para atendimento de 887 unidades consumidoras da Companhia. Esses dois contratos devem gerar uma economia estimada em R\$ 620 milhões ao longo de cinco anos.

Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção (Correspondente ao item 2.11 do Formulário de Referência)

A Companhia destinou, em 2023, R\$ 4,2 milhão em patrocínios com recursos próprios e R\$ 10,3 milhões com Publicidade e Propaganda, este por meio de convênio estabelecido junto a Secretaria de Estado de Comunicação e Cultura.

A Sanepar realiza os investimentos em publicidade seguindo critérios técnicos. Além de selecionar as mídias com maior alcance, considerando o objetivo e o público que se deseja atingir com a mensagem, trabalha também levando em consideração às características regionais de suas atividades e de suas demandas. Se houver a necessidade de uma comunicação específica para uma região ou cidade, é feito o levantamento das mídias e estudado também o período e a frequência que melhores resultados podem gerar. As campanhas e as ações seguem este critério técnico e, institucionalmente, seguem uma estratégia de frequência que dê relevância à marca e às mensagens que a Companhia repassa.

3) DESCREVER AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR, IDENTIFICANDO: (correspondente ao item 7.1 do Formulário de Referência):

- a. **principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado**

A Sanepar dispõe ainda de Política de Indicação que estabelece as diretrizes para indicação dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitês Estatutários. A referida política, bem como as demais da Companhia, abordando as regras, requisitos e vedações e procedimentos para a indicação dos agentes de governança. Encontra-se disponível no sítio ri.sanepar.com.br, Governança Corporativa, Estatuto Códigos e Políticas, link: <https://ri.sanepar.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas>

A Sanepar está estruturada de acordo com seu organograma disponível no sítio ri.sanepar.com.br, Governança Corporativa, Administração, link: <https://ri.sanepar.com.br/governanca-corporativa/administracao>.

- b. **mecanismos de avaliação de desempenho, informando:**

(i) a periodicidade da avaliação e sua abrangência

Consoante ao art. 75 do Estatuto Social, Lei 13.303/2016 e Código Brasileiro de Governança Corporativa: Companhias de Capital Aberto, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), a Companhia dispõe de um processo anual de avaliação de desempenho dos órgãos de governança, de forma colegiada, bem como de cada um dos seus membros. Além dos agentes de governança, os titulares das gerências de Auditoria Interna, Governança e de Gerenciamento de Riscos e Compliance estão contemplados no processo de avaliação de desempenho da Companhia.

(ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

O processo de avaliação do ano de 2023 está baseado na publicação “Avaliação de Conselhos: Recomendações Práticas” do IBGC. A metodologia prevê a avaliação das responsabilidades e atividades desempenhadas, baseada em critérios quali-quantitativos, tanto dos órgãos quanto dos agentes de governança fundamentada nos valores da empresa. A avaliação individual considera o desempenho individual, por meio de competências técnicas e comportamentais dos avaliados, o potencial de desenvolvimento individual, a atuação do avaliado, o relacionamento deste com os demais órgãos de governança, o cumprimento de suas atribuições e o entendimento sobre questões chaves da empresa de competência do órgão que atua.

(iii) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Em 2023, o processo de avaliação foi conduzido por empresa externa, de forma a garantir a imparcialidade.

- c. **regras de identificação e administração de conflitos de interesses:**

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador, salvo dispensa da Assembleia Geral aquele que tiver interesse conflitante com a Sanepar.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe o administrador de intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu

impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse.

Conforme disposição do Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa. Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas Partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

A Sanepar dispõe de Política de Partes Relacionadas e Conflito de Interesses que visa estabelecer diretrizes e consolidar procedimentos a serem observados pela Companhia, suas coligadas ou controladas, empregados, administradores e acionistas em transações com Partes Relacionadas e para hipóteses de potenciais Conflitos de Interesses, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis. Além da referida política, a Companhia trata da questão de conflito de interesses em seu Código de Conduta e Integridade conceituando o tema e determinando as condutas a serem seguidas.

Política de Partes Relacionadas e Conflito de Interesses

<https://ri.sanepar.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas>

Código de Conduta e Integridade

<https://ri.sanepar.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas>

Código de Conduta e Integridade para Terceiros

<https://ri.sanepar.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas>

d. por órgão:

(i) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

2022 – Órgão da Administração	Feminino	Masculino	Não binário	Outros
Diretoria	1	8	0	0
Conselho de Administração – Efetivo*	1	8	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	-	-	-	-
Conselho Fiscal - Efetivos	0	4	0	0
Conselho Fiscal Suplentes	0	4	0	0
TOTAL	2	23	0	0

*Considerado o Diretor-presidente Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração.

(ii) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

2022 - Órgão da Administração	Amarelo	Branco	Preto	Indígena	Outros
Diretoria	0	9	0	0	0
Conselho de Administração – Efetivo*	0	9	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal - Efetivos	0	4	0	0	0
Conselho Fiscal Suplentes	0	4	0	0	0
TOTAL	0	25	0	0	0

*Considerado o Diretor-presidente Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração.

(iii) número total de pessoas com deficiência, caracterizada nos termos da legislação aplicável

Não há.

(iv) número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Não há.

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Sanepar instituiu em 16/03/2023 a Política de Diversidade, Equidade e Inclusão, que tem o objetivo de estabelecer diretrizes e compromissos para que a atuação da Companhia assegure respeito, inclusão, equidade, e valorização à diversidade humana no desenvolvimento de suas atividades, em todas as regiões onde está presente e em todos os seus processos. Junto ao processo da Política de Diversidade, Equidade e Inclusão, está o Regimento Interno do Comitê de Diversidade, Equidade e Inclusão.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A Sanepar monitora sistematicamente os riscos corporativos de seu portfólio, tal acompanhamento é realizado por todos os níveis da organização, passando pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração. Dentre os riscos corporativos, possui um risco específico vinculado às mudanças climáticas e seus possíveis impactos para atingir os objetivos da Companhia. Além disso, conforme a Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, estão definidas as diretrizes e responsabilidades das 3 linhas para enfrentamento dos riscos e oportunidades aos objetivos corporativos, dentre eles, os relacionados ao clima.

4) EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR, INDICAR, EM FORMA DE TABELA (correspondente ao item 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)

DESTITUIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

O acionista controlador está propondo nesta Assembleia Geral a destituição do Sr. Henrique Domakoski e do Sr. Adriano Rogerio Goedert do Conselho Fiscal da Sanepar.

ELEIÇÃO DE MEMBROS INDICADOS PARA O CONSELHO FISCAL

A análise da documentação das indicadas foi realizada, pela Gerência de Gestão de Riscos e Compliance da Sanepar, Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comitê de Elegibilidade da Sanepar que emitiram pareceres favoráveis, concluindo que as indicadas não incidem em quaisquer hipóteses de vedações gerais ou específicas, possuem formação acadêmica compatível com o cargo e ainda suprem os requisitos legais de experiência profissional.

ELEIÇÃO DE MEMBROS INDICADOS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A análise da documentação dos indicados foi realizada, pela Gerência de Gestão de Riscos e Compliance da Sanepar, Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comitê de Elegibilidade da Sanepar que emitiram pareceres favoráveis, concluindo que os indicados não incidem em quaisquer hipóteses de vedações gerais ou específicas, possuem formação acadêmica compatível com o cargo e ainda suprem os requisitos legais de experiência profissional.

7.3 CONSELHO FISCAL – INDICADOS

Nome	DENIZE APARECIDA CABULON GRAÇA
Data de Nascimento	08/10/1970
Profissão	Advogada
CPF ou passaporte	993.652.199-49
Cargo eletivo indicado	Conselho Fiscal
Data de eleição (mandato)	29/04/2024
Data da posse (mandato)	30/04/2024
Prazo do mandato (mandato)	27/04/2025
Data de eleição (1ª recondução)	-
Data da posse (1ª recondução)	-
Prazo do mandato (1ª recondução)	-
Data de eleição (2ª recondução)	-
Data da posse (2ª recondução)	-
Prazo do mandato (2ª recondução)	-
Se foi indicada pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente, nos termos da regulação específica à matéria	Sim

<p>Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos</p>	<p>N/A</p>
<p>Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</p>	<p>Desde 2001 até a presente data: Empresa: Graça Advogados - setor de prestação de serviços jurídicos. Cargo: Advogada e sócia administradora. Obs: empresa não integra o grupo econômico da Sanepar e também não é controlada por seus acionistas.</p> <p>Desde maio/2022 até a presente data: Empresa: Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A. – setor produção de energia. Cargo: Membro do Conselho Fiscal. Obs: empresa não integra o grupo econômico da Sanepar e também não é controlada por seus acionistas.</p> <p>Jan a dez/2020: Empresa: Sercomtel Telecomunicações e Participações - setor de telecomunicação. Cargo: Membro do Conselho de Administração. Obs: empresa não integra o grupo econômico da Sanepar e também não é controlada por seus acionistas.</p>
<p>Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>(i) condenação criminal;</p> <p>(ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas;</p> <p>(iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>	<p>A indicada a membro do Conselho Fiscal declara que não sofreu condenação criminal nos últimos 5 anos. Não foi condenada em nenhum processo administrativo da CVM e declara que não sofreu condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.</p>

<p>Nome</p>	<p>HELENA MARIA BOSCHINI LEMUCCH</p>
<p>Data de Nascimento</p>	<p>10/05/1980</p>
<p>Profissão</p>	<p>Advogada</p>
<p>CPF ou passaporte</p>	<p>006.846.149-60</p>
<p>Cargo eletivo indicado</p>	<p>Conselho Fiscal</p>
<p>Data de eleição (mandato)</p>	<p>29/04/2024</p>
<p>Data da posse (mandato)</p>	<p>30/04/2024</p>
<p>Prazo do mandato (mandato)</p>	<p>27/04/2025</p>
<p>Data de eleição (1ª recondução)</p>	<p>-</p>
<p>Data da posse (1ª recondução)</p>	<p>-</p>
<p>Prazo do mandato (1ª recondução)</p>	<p>-</p>

Data de eleição (2ª recondução)	-
Data da posse (2ª recondução)	-
Prazo do mandato (2ª recondução)	-
Se foi indicada pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente, nos termos da regulação específica à matéria	Sim
Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	N/A
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Desde 2011 até a presente data: Empresa: Tribunal de Justiça do Estado do Paraná Cargo: Técnica Judiciária e Supervisora da Vara Cível e anexos da comarca de Jandaia do Sul/Pr. Obs: O TJPR não integra o grupo econômico da Sanepar e também não é controlado por seus acionistas.
Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal;(ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	A indicada a membro do Conselho Fiscal declara que não sofreu condenação criminal nos últimos 5 anos. Não foi condenada em nenhum processo administrativo da CVM e declara que não sofreu condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspensa ou inabilitada para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

7.3 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – INDICADOS

Nome	CASSIO SANTANA DA SILVA
Data de Nascimento	14/08/1978
Profissão	Administrador
CPF ou passaporte	271.556.568-28
Cargo eletivo indicado	Conselheiro de Administração
Data de eleição (mandato)	29/04/2024
Data da posse (mandato)	30/04/2024
Prazo do mandato (mandato)	29/04/2026
Data de eleição (1ª recondução)	-
Data da posse (1ª recondução)	-
Prazo do mandato (1ª recondução)	-
Data de eleição (2ª recondução)	-
Data da posse (2ª recondução)	-
Prazo do mandato (2ª recondução)	-
Se foi indicado pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente, nos termos da regulação específica à matéria	Sim

<p>Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos</p>	<p>N/A</p>
<p>Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</p>	<p>Desde 02/2019 até a presente data: Empresa: Copel. Cargo: Diretor de Desenvolvimento de Negócios.</p> <p>Desde de 01/2024 até a presente data: Empresa: Compagás. Cargo: Presidente do Conselho de Administração; e Membro do Conselho de Administração.</p> <p>Desde 04/2023 até a presente data: Empresa: Copel Serviços. Cargo: Diretor Geral.</p> <p>Desde 04/2019 até a presente data: Empresa: Copel Geração e Transmissão. Cargo: Conselheiro de Administração.</p> <p>Desde 06/2022 até a presente data: Empresa: Copel Mercado Livre. Cargo: Conselheiro de Administração.</p>
<p>Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal;(ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>	<p>O indicado a membro do Conselho de Administração declara que não sofreu condenação criminal nos últimos 5 anos. Não foi condenado em nenhum processo administrativo da CVM e declara que não sofreu condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.</p>

<p>Nome</p>	<p>CLAUDIO STABILE</p>
<p>Data de Nascimento</p>	<p>24/03/1965</p>
<p>Profissão</p>	<p>Advogado</p>
<p>CPF ou passaporte</p>	<p>577.789.229-91</p>
<p>Cargo eletivo ocupado</p>	<p>Membro Titular do Conselho de Administração</p>
<p>Data de eleição (mandato)</p>	<p>14/01/2019</p>
<p>Data da posse (mandato)</p>	<p>14/01/2019</p>
<p>Prazo do mandato (mandato)</p>	<p>23/04/2020</p>
<p>Data de eleição (1ª recondução)</p>	<p>23/04/2020</p>
<p>Data da posse (1ª recondução)</p>	<p>23/04/2020</p>
<p>Prazo do mandato (1ª recondução)</p>	<p>22/04/2022</p>
<p>Data de eleição (2ª recondução)</p>	<p>28/04/2022</p>
<p>Data da posse (2ª recondução)</p>	<p>28/04/2022</p>

Prazo do mandato (2ª recondução)	27/04/2024
Data de eleição (3ª recondução)	29/04/2024
Data da posse (3ª recondução)	30/04/2024
Prazo do mandato (3ª recondução)	29/04/2026
Se foi indicado pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente, nos termos da regulação específica à matéria	Não
Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	14/01/2019
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Desde 2019 até a presente data: Empresa: Sanepar. Cargo: Diretor-Presidente e Conselheiro de Administração 02/2019 - 04/2020: Empresa: CS Bioenergia S/A. Cargo: Conselheiro de Administração 2013 – 2018: Empresa: PARANACIDADE / Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano. Cargo: Diretor Administrativo e Financeiro.
Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal;(ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	O indicado a membro do Conselho de Administração declara que não sofreu condenação criminal nos últimos 5 anos. Não foi condenado em nenhum processo administrativo da CVM e declara que não sofreu condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	DIANE AGUSTINE
Data de Nascimento	14/06/1983
Profissão	Bióloga
CPF ou passaporte	040.969.889-01
Cargo eletivo indicado	Conselheira de Administração
Data de eleição (mandato)	29/04/2024
Data da posse (mandato)	30/04/2024
Prazo do mandato (mandato)	29/04/2026
Data de eleição (1ª recondução)	-
Data da posse (1ª recondução)	-
Prazo do mandato (1ª recondução)	-
Data de eleição (2ª recondução)	-
Data da posse (2ª recondução)	-
Prazo do mandato (2ª recondução)	-
Se foi indicada pelo controlador ou não	Não, indicada como representante dos empregados

Se é membro independente, nos termos da regulação específica à matéria	Não
Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	N/A
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	2006 até a presente data: Empresa: Sanepar. Função: Agente de suporte administrativo, exerce atividades no setor de cadastro comercial da Coordenação Comercial de Pato Branco, pertencente à Gerência Comercial Sudoeste - GCSO.
Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal;(ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	A indicada a membro do Conselho de Administração declara que não sofreu condenação criminal nos últimos 5 anos. Não foi condenado em nenhum processo administrativo da CVM e declara que não sofreu condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	EDUARDO FRANCISCO SCIARRA
Data de Nascimento	05/10/1952
Profissão	Engenheiro Civil
CPF ou passaporte	172.073.209-49
Cargo eletivo indicado	Conselheiro de Administração
Data de eleição (mandato)	23/04/2020
Data da posse (mandato)	23/04/2020
Prazo do mandato (mandato)	22/04/2022
Data de eleição (1ª recondução)	28/04/2022
Data da posse (1ª recondução)	28/04/2022
Prazo do mandato (1ª recondução)	27/04/2024
Data de eleição (2ª recondução)	29/04/2024
Data da posse (2ª recondução)	30/04/2024
Prazo do mandato (2ª recondução)	29/04/2026
Se foi indicado pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente, nos termos da regulação específica à matéria	Não
Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	23/04/2020
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor	1977 até a presente data: Empresário dos Setores de Entretenimento, Energia e Construção Civil. 2020 até a presente data:

<p>que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</p>	<p>Empresa: Sanepar. Cargo: Conselheiro Administração.</p> <p>2021 até a presente data: Empresa: Agência de Fomento do Paraná. Cargo: Conselheiro de Administração.</p> <p>2019 - 2021: Empresa: Agência de Fomento do Paraná. Cargo: Conselheiro Fiscal.</p> <p>2019 – 2020: Empresa: Cohapar. Cargo: Conselheiro de Administração.</p>
<p>Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal;(ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>	<p>O indicado a membro do Conselho de Administração declara que não sofreu condenação criminal nos últimos 5 anos. Não foi condenado em nenhum processo administrativo da CVM e declara que não sofreu condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.</p>

Nome	JOÃO BIRAL JUNIOR
Data de Nascimento	22/02/1982
Profissão	Advogado
CPF ou passaporte	008.522.919-90
Cargo eletivo indicado	Conselheiro de Administração
Data de eleição (mandato)	18/10/2023
Data da posse (mandato)	01/11/2023
Prazo do mandato (mandato)	27/04/2024
Data de eleição (1ª recondução)	29/04/2024
Data da posse (1ª recondução)	30/04/2024
Prazo do mandato (1ª recondução)	29/04/2026
Data de eleição (2ª recondução)	-
Data da posse (2ª recondução)	-
Prazo do mandato (2ª recondução)	-
Se foi indicado pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente, nos termos da regulação específica à matéria	Não
Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	01/11/2023
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em	Empresa: Centrais Elétricas do Rio Jordão - ELEJOR

<p>sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</p>	<p>Cargo: Diretor-Presidente.</p> <p>Empresa: Sanepar Cargo: Membro do Comitê de Elegibilidade Cargo: Membro do Conselho de Administração</p> <p>Empresa: Compagás Cargo: Conselheiro de Administração.</p> <p>Empresa: BRDE Cargo: Conselheiro de Administração. Cargo: Diretor Administrativo.</p>
<p>Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal;(ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>	<p>O indicado a membro do Conselho de Administração declara que não sofreu condenação criminal nos últimos 5 anos. Não foi condenado em nenhum processo administrativo da CVM e declara que não sofreu condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.</p>

Nome	MILTON JOSÉ PAIZANI
Data de Nascimento	05/03/1960
Profissão	Advogado
CPF ou passaporte	616.319.819-00
Cargo eletivo indicado	Conselheiro de Administração
Data de eleição (mandato)	08/06/2021
Data da posse (mandato)	08/06/2021
Prazo do mandato (mandato)	22/04/2022
Data de eleição (1ª recondução)	28/04/2022
Data da posse (1ª recondução)	28/04/2022
Prazo do mandato (1ª recondução)	27/04/2024
Data de eleição (2ª recondução)	29/04/2024
Data da posse (2ª recondução)	30/04/2024
Prazo do mandato (2ª recondução)	29/04/2026
Se foi indicado pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente, nos termos da regulação específica à matéria	Sim
Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	08/06/2021
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor	<p>Advogado com escritório próprio.</p> <p>01/2013 a 12/2020 Empresa: Prefeitura Municipal de Rio Negro. Cargo: Prefeito.</p>

<p>que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</p>	<p>06/2021 até a presente data: Empresa: Sanepar. Cargo: Conselheiro de Administração.</p> <p>08/2021 até a presente data: Empresa: Sanepar. Cargo: membro do Comitê de Auditoria Estatutário.</p> <p>11/2022 até a presente data: Empresa: Sanepar. Cargo: Membro do Comitê de Gerenciamento de Riscos.</p>
<p>Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal;(ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>	<p>O indicado a membro titular do Conselho de Administração declara que não sofreu condenação criminal nos últimos 5 anos. Não foi condenado em nenhum processo administrativo da CVM e declara que não sofreu condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.</p>

Nome	RODRIGO SANCHEZ RIOS
Data de Nascimento	05/03/1965
Profissão	Advogado
CPF ou passaporte	628.827.409-72
Cargo eletivo ocupado	Conselheiro de Administração
Data de eleição (mandato)	24/04/2019
Data da posse (mandato)	25/04/2019
Prazo do mandato (mandato)	23/04/2020
Data de eleição (1ª recondução)	23/04/2020
Data da posse (1ª recondução)	23/04/2020
Prazo do mandato (1ª recondução)	22/04/2022
Data de eleição (2ª recondução)	28/04/2022
Data da posse (2ª recondução)	28/04/2022
Prazo do mandato (2ª recondução)	27/04/2024
Se foi indicado pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente, nos termos da regulação específica à matéria	Sim
Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	25/04/2019
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor	<p>Empresa: Sánchez Rios Advocacia Criminal; Advogado e Sócio Titular.</p> <p>Empresa: Pontifícia Universidade Católica do Paraná Cargo: Professor da Graduação e Pós Graduação em Direito.</p>

<p>que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</p>	<p>2019 até a presente data: Empresa: Sanepar. Cargo: Conselheiro de Administração.</p> <p>2022 – 2024 Empresa: OAB Cargo: Conselheiro Federal.</p> <p>2019 – 2021 Empresa: OAB Cargo: Secretário Estadual e Presidente da Câmara de Direitos e Prerrogativas.</p>
<p>Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal;(ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>	<p>O indicado a membro titular do Conselho de Administração declara que não sofreu condenação criminal nos últimos 5 anos. Não foi condenado em nenhum processo administrativo da CVM e declara que não sofreu condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.</p>

Nome	JOISA CAMPANHER DUTRA SARAIVA
Data de Nascimento	04/02/1970
Profissão	Economista
CPF ou passaporte	573.571.100-87
Cargo eletivo ocupado	Conselheiro de Administração
Data de eleição (mandato)	30/11/2020
Data da posse (mandato)	30/11/2020
Prazo do mandato (mandato)	22/04/2022
Data de eleição (1ª recondução)	28/04/2022
Data da posse (1ª recondução)	28/04/2022
Prazo do mandato (1ª recondução)	27/04/2024
Data de eleição (2ª recondução)	29/04/2024
Data da posse (2ª recondução)	30/04/2024
Prazo do mandato (2ª recondução)	29/04/2026
Se foi indicado pelo controlador ou não	Não. Foi indicada por acionista Ordinarista Minoritário.
Se é membro independente, nos termos da regulação específica à matéria	Sim
Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	30/11/2020
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em	<p>2021 até a presente data: Empresa: BNDES. Cargo: Conselheira de Administração.</p>

<p>sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</p>	<p>2020 até a presente data: Empresa: Sanepar. Cargo: Conselheira de Administração.</p> <p>2023 até a presente data: Empresa: Sanepar. Cargo: Membro do Comitê Técnico</p> <p>2021 até a presente data: Empresa: Sanepar. Cargo: Membro do Comitê ASG.</p> <p>2001 até a presente data: Consultoria em Diversas companhias no setor de indústrias de infraestrutura, entidades públicas e privadas no Brasil e no exterior;</p> <p>2010 Empresa: Fundação Getúlio Vargas. Fundadora e Diretora do Centro de Regulação e Infraestrutura na FGV CERl;</p> <p>2002 até a presente data Empresa: Fundação Getúlio Vargas. Professora de Graduação e Pós-Graduação;</p>
<p>Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal;(ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>	<p>A indicada a membro titular do Conselho de Administração declara que não sofreu condenação criminal nos últimos 5 anos. Não foi condenada em nenhum processo administrativo da CVM e declara que não sofreu condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.</p>

Nome	REGINALDO FERREIRA ALEXANDRE
Data de Nascimento	07/03/1959
Profissão	Economista
CPF ou passaporte	003.662.408-03
Cargo eletivo ocupado	Conselheiro de Administração
Data de eleição (mandato)	28/04/2022
Data da posse (mandato)	28/04/2022
Prazo do mandato (mandato)	27/04/2024
Data de eleição (1ª recondução)	29/04/2024
Data da posse (1ª recondução)	30/04/2024

Prazo do mandato (1ª recondução)	29/04/2026
Se foi indicado pelo controlador ou não	Não. Foi indicado por acionista Preferencialista.
Se é membro independente, nos termos da regulação específica à matéria	Sim
Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	28/04/2022
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	<p>2023 até a presente data: Empresa: Embraer S.A. Cargo: Conselheiro Fiscal.</p> <p>2023 até a presente data: Empresa: Kepler Weber S.A. Cargo: Conselheiro Fiscal.</p> <p>2022 até a presente data: Empresa: Sanepar. Cargo: Conselheiro de Administração.</p> <p>2023 até a presente data: Empresa: CEB Lajeado S.A. Cargo: Conselheiro Fiscal.</p> <p>2021 até a presente data: Empresa: Banrisul – Banco do Estado do Rio Grande do Sul Cargo: Membro do Conselho Fiscal.</p> <p>2019 até a presente data: Empresa: Rumo S.A. Cargo: Membro do Conselho Fiscal.</p> <p>27/04/2017 a 24/04/2021. Empresa: Sanepar. Cargo: Membro do Conselho Fiscal.</p> <p>2019 Empresa: Cia. Energética de Brasília – CEB Cargo: Membro do Conselho Fiscal.</p> <p>2019 Empresa: Museu de Arte Moderna de São Paulo – MAM Cargo: Membro do Conselho Fiscal.</p> <p>2020 Empresa: Cia. Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp Cargo: Membro do Conselho Fiscal.</p> <p>2021 Empresa: Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica</p>

	<p>Cargo: Membro Suplente do Conselho Fiscal.</p> <p>2020 Empresa: Braskem S.A. Cargo: Membro Suplente do Conselho Fiscal.</p> <p>2017 Empresa: Mahle Metal Leve S.A. Cargo: Conselheiro de Administração</p> <p>2015. Empresa: Ser Educacional S.A. Cargo: Membro do Conselho Fiscal.</p> <p>2005 até a presente data: Membro do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.</p>
<p>Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal;(ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>	<p>O indicado a membro titular do Conselho de Administração declara que não sofreu condenação criminal nos últimos 5 anos. Não foi condenado em nenhum processo administrativo da CVM e declara que não sofreu condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.</p>

7.4 Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

COMITÊ TÉCNICO	
Nome	JOISA CAMPANHER DUTRA SARAIVA
Data de Nascimento	04/02/1970
Profissão	Economista
CPF ou passaporte	573.571.100-87
Cargo eletivo ocupado	Membro do Comitê Técnico
Data de eleição (mandato)	26/01/2023
Data da posse (mandato)	26/01/2023
Prazo do mandato	27/04/2024
Se foi indicado pelo controlador ou não	Não. Indicada pelos Conselheiros de Administração
Se é membro independente, nos termos da regulação específica à matéria	Sim
Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	N/A

<p>Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</p>	<p>2021 até a presente data: Empresa: BNDES. Cargo: Conselheira de Administração.</p> <p>2020 até a presente data: Empresa: Sanepar. Cargo: Conselheira de Administração.</p> <p>2001 até a presente data: Consultoria em Diversas companhias no setor de indústrias de infraestrutura, entidades públicas e privadas no Brasil e no exterior;</p> <p>2010 Empresa: Fundação Getúlio Vargas. Fundadora e Diretora do Centro de Regulação e Infraestrutura na FGV CERJ;</p> <p>2002 até a presente data Empresa: Fundação Getúlio Vargas. Professora de Graduação e Pós-Graduação;</p>
<p>Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal;(ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>	<p>A indicada a membro titular do Conselho de Administração declara que não sofreu condenação criminal nos últimos 5 anos. Não foi condenada em nenhum processo administrativo da CVM e declara que não sofreu condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.</p>

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	
Nome	MILTON JOSÉ PAIZANI
Data de Nascimento	05/03/1960
Profissão	Advogado
CPF ou passaporte	616.319.819-00
Cargo eletivo indicado	Membro do Comitê de Auditoria Estatutário
Data de eleição (mandato)	16/03/2023
Data da posse (mandato)	16/03/2023
Prazo do mandato (mandato)	27/04/2024
Se foi indicado pelo controlador ou não	Não. Indicado pelos Conselheiros de Administração
Se é membro independente, nos termos da regulação específica à matéria	Sim
Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	12/08/2021

<p>Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</p>	<p>Advogado com escritório próprio.</p> <p>01/2013 a 12/2020 Empresa: Prefeitura Municipal de Rio Negro. Cargo: Prefeito.</p> <p>06/2021 até a presente data: Empresa: Sanepar. Cargo: Conselheiro de Administração.</p> <p>08/2021 até a presente data: Empresa: Sanepar. Cargo: Membro do Comitê de Auditoria Estatutário.</p> <p>11/2022 até a presente data: Empresa: Sanepar. Cargo: Membro do Comitê de Gerenciamento de Riscos.</p>
<p>Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal;(ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>	<p>O indicado a membro titular do Conselho de Administração declara que não sofreu condenação criminal nos últimos 5 anos. Não foi condenado em nenhum processo administrativo da CVM e declara que não sofreu condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.</p>

COMITÊ DE GERENCIAMENTO DE RISCOS	
Nome	MILTON JOSÉ PAIZANI
Data de Nascimento	05/03/1960
Profissão	Advogado
CPF ou passaporte	616.319.819-00
Cargo eletivo indicado	Membro do Comitê de Gerenciamento de Riscos
Data de eleição (mandato)	17/11/2023
Data da posse (mandato)	17/11/2023
Prazo do mandato (mandato)	17/11/2024
Se foi indicado pelo controlador ou não	Não. Indicado pelos Conselheiros de Administração
Se é membro independente, nos termos da regulação específica à matéria	Sim
Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	17/11/2022
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos	Advogado com escritório próprio.

<p>e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</p>	<p>01/2013 a 12/2020 Empresa: Prefeitura Municipal de Rio Negro. Cargo: Prefeito.</p> <p>06/2021 até a presente data: Empresa: Sanepar. Cargo: Conselheiro de Administração.</p> <p>08/2021 até a presente data: Empresa: Sanepar. Cargo: membro do Comitê de Auditoria Estatutário.</p> <p>11/2022 até a presente data: Empresa: Sanepar. Cargo: Membro do Comitê de Gerenciamento de Riscos.</p>
<p>Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal;(ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>	<p>O indicado a membro titular do Conselho de Administração declara que não sofreu condenação criminal nos últimos 5 anos. Não foi condenado em nenhum processo administrativo da CVM e declara que não sofreu condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.</p>

Os demais candidatos a membros do Conselho Fiscal e Conselho de Administração não fazem parte de nenhum comitê estatutário na Companhia.

7.5 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

Item não aplicável, uma vez que não existem relações conjugais, uniões estáveis ou parentescos até o 2º grau.

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Item não aplicável, uma vez que não existem relações conjugais, uniões estáveis ou parentescos até o 2º grau

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Item não aplicável, uma vez que não existem relações conjugais, uniões estáveis ou parentescos até o 2º grau

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor

Item não aplicável, uma vez que não existem relações conjugais, uniões estáveis ou parentescos até o 2º grau

7.6 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Item não aplicável, uma vez que não possuem relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Sanepar e sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Sanepar.

b) Controlador direto ou indireto do emissor

Item não aplicável, uma vez que não possuem de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Sanepar e controlador direto ou indireto da Sanepar.

Adicionalmente, informamos que nos últimos três exercícios sociais a Companhia não possuía controladas.

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Item não aplicável, uma vez que não possuem relações comerciais relevantes com a Sanepar, suas controladas ou controladoras ou controladas.

5) REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (correspondente ao item 8 do Formulário de Referência)

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração:

A prática de remuneração da Companhia para os agentes de governança, incluindo os membros, da Diretoria Executiva, Diretoria Adjunta, Conselho de Administração, e dos seus órgãos de assessoramento, Comitê de Auditoria Estatutário e Comitê Técnico, do Conselho Fiscal e do Comitê de Elegibilidade, está alinhada às melhores práticas de mercado, observando o Plano de Organização, o Plano de Negócios e o Orçamento Anual, elaborados e aprovados de acordo com o Estatuto Social, com o intuito de estimular o alinhamento dos objetivos à produtividade e à eficiência, mantendo a competitividade no mercado de atuação.

O objetivo da prática de remuneração busca alinhar os interesses da Companhia com os interesses dos seus colaboradores, a fim de atrair e reter profissionais qualificados.

A Companhia possui Comitê de Gerenciamento de Riscos composto por 1 Conselheiro de Administração, 2 Diretores Adjuntos, 03 Diretores Executivos e 1 Gerente, cuja função não é remunerada. Não possui comitês financeiro e de remuneração.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:

A Diretoria Executiva analisa o estudo realizado pela Gerência de Gestão de Pessoas, encaminha a proposta para o Conselho de Administração que tem a competência de encaminhar para deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Após a fixação da remuneração global em Assembleia Geral Ordinária, a Companhia implementa a remuneração individual para os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Comitês Estatutários.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:

De acordo com a Deliberação Normativa do Conselho de Controle das Empresas Estatais - CCEE nº 1, de 17 de dezembro de 2015, e suas atualizações subsequentes, o CCEE fixará os limites máximos de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês Estatutários, de acordo com as diretrizes do acionista controlador, com os estudos e levantamentos da remuneração dos agentes de governança de outras empresas, nas quais o Estado é o acionista controlador, direto ou indireto, observada a proporcionalidade de 15% da remuneração mensal do Diretor-Presidente para a definição da remuneração máxima dos membros do Conselho de Administração.

Adicionalmente, nos termos do artigo 152 da Lei nº 6.404/1976, do item VII do artigo 18 e do artigo 33 do Estatuto Social, a Assembleia Geral aprova o montante global da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, levando em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência, reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

(iii) com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor:

A Companhia não possui a referida política, no entanto anualmente a remuneração individual é revisada, observados os limites descritos no item (ii).

c. composição da remuneração:

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

• **Objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A Companhia entende que a remuneração dos membros do Comitê de Elegibilidade, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, Conselho de Administração, e dos seus órgãos de assessoramento, Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê Técnico, deve estar alinhada aos objetivos estratégicos da companhia, com foco em sua perenidade e na criação de valor no longo prazo, e que é uma ferramenta efetiva de atração, motivação e retenção de profissionais.

Remuneração Fixa

Diretoria

A Remuneração fixa anual da Diretoria Executiva corresponde aos seguintes itens:

Salário

O salário base é aprovado em reunião do Conselho de Administração e em Assembleia Geral, e pago mensalmente para cada diretor, em 12 (doze) parcelas, com o objetivo de remunerar os serviços prestados.

13º Salário

A política de remuneração fixa da Companhia visa a estimular o alinhamento dos objetivos, a produtividade e a eficiência dos membros da Diretoria Executiva, bem como manter a competitividade no mercado em que atua.

A política de remuneração fixa destinada aos membros da Diretoria Executiva tem como principais objetivos:

- (i) atrair executivos altamente qualificados, por meio de instrumentos em linha com as melhores práticas de mercado;
- (ii) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos; e
- (iii) incentivar o desempenho e favorecer a retenção dos executivos.

Benefícios Diretos e Indiretos

Vale Alimentação/Refeição, que é concedido em forma de crédito recebido de forma indireta, por meio de cartão eletrônico, para ser utilizado exclusivamente para refeições ou aquisição de produtos alimentícios.

Coparticipação no Plano de Saúde, que tem como objetivo contribuir com o custo do plano de saúde, diz respeito ao valor pago mensalmente pela Sanepar, de 70% de participação, como patrocinadora do plano de saúde.

Coparticipação no Plano Previdenciário, que tem como objetivo participar da formação do capital que servirá para complementar a aposentadoria, corresponde ao valor pago mensalmente referente a participação da Sanepar como patrocinadora, no plano de previdência privada.

A política de benefícios diretos e indiretos praticados pela Sanepar segue a mesma política praticada para os empregados da Companhia tanto para os Diretores Empregados quanto para os Diretores Não Empregados, que podem optar pelo benefício direto como o plano de saúde e plano de previdência privada.

A política de concessão de benefícios aos membros da Diretoria Executiva tem por objetivo proporcionar uma maior segurança econômica e bem-estar social aos administradores.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus apenas à remuneração mensal fixa, com limite estabelecido pelo CCEE, em 12 (doze) parcelas.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal fazem jus apenas à remuneração mensal fixa, com limite estabelecido pelo CCEE, em 12 (doze) parcelas.

Comitê Técnico

Os membros do Comitê Técnico fazem jus apenas à remuneração mensal fixa, com limite estabelecido pelo CCEE, em 12 (doze) parcelas.

Comitê de Auditoria Estatutário

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário fazem jus apenas à remuneração mensal fixa, com limite estabelecido pelo CCEE, em 12 (doze) parcelas.

Comitê de Elegibilidade

Os membros do Comitê de Elegibilidade fazem jus apenas à remuneração mensal fixa, com limite estabelecido pelo CCEE, em 12 (doze) parcelas.

Remuneração Variável

A Companhia possui o Programa de Participação nos Resultados – PPR baseado no resultado dos indicadores de desempenho mais representativos para o negócio da Companhia. Atualmente, o valor distribuído é igualitário para todos os empregados da Companhia (Decreto nº 1.978 de 20 de dezembro de 2007 e suas alterações), com periodicidade de pagamento anual, tendo a base de cálculo os lucros ou resultados globais, não havendo a incidência de encargos trabalhistas, sendo sua oficialização por meio de acordo com os trabalhadores.

- **Proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 a remuneração fixa representou, respectivamente, 100%, 100% e 100% da remuneração total dos diretores da

Companhia, enquanto a participação nos resultados não teve representatividade por não ter sido pago desde 2019.

- **Metodologia de cálculo e de reajuste**

Os reajustes da remuneração do Conselho de Administração, dos seus órgãos de assessoramento Comitê de Auditoria Estatutário e Comitê Técnico, da Diretoria, do Conselho Fiscal, e do Comitê de Elegibilidade, é anual, deliberado em Assembleia Geral Ordinária, observado o limite máximo definido pelo CCEE. O CCEE estabelece os critérios de remuneração e reajuste por meio de estudos, levantamentos e comparações com o mercado, estabelece a remuneração e/ou reajuste de forma discricionária, dependendo do grupo em que a Companhia se encontra, por meio de Nota Técnica da Política de Remuneração e reajuste dos Administradores, Conselheiros da Companhia e Órgãos de Assessoramento.

Na classificação do CCEE, a Sanepar encontra-se no Grupo 1, que compreende as Sociedades de Economia Mista não dependentes e com ações negociadas em bolsa.

- **Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A responsabilidade, o tempo dedicado às funções, a competência, reputação profissional e o valor dos serviços no mercado são elementos levados em consideração para a composição da remuneração dos agentes de governança, além dos limites estabelecidos pelo CCEE, não havendo relação com os indicadores de desempenho.

Até o exercício social de 2018, a remuneração referente ao plano de participação nos resultados dos Diretores era estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho. Entre os exercícios sociais de 2019 e 2023, os Diretores não receberam o PPR, conseqüentemente, não há reflexo dos indicadores de desempenho.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

Os critérios e limites para a remuneração dos executivos da Sanepar é estabelecido pelo CCEE, que os define de acordo com os estudos e levantamentos da remuneração dos agentes de governança de outras empresas, nas quais o Estado é o acionista controlador, direta ou indiretamente.

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato:

Não existem membros dos órgãos de governança não remunerados pela Companhia.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos:

Na Companhia não há remuneração suportada por controladores diretos ou indiretos. Adicionalmente, a Companhia não possui subsidiárias ou controladas.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor:

Não houve remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e do conselho fiscal (correspondente ao item 8.2 do Formulário de Referência)

ANOS	DIRETORIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
2024*	R\$ 8.619.072,03	R\$ 1.145.010,24	R\$ 477.086,85
2023	R\$ 8.109.608,17	R\$ 1.088.695,80	R\$ 393.826,36
2022	R\$ 7.881.585,40	R\$ 1.055.081,28	R\$ 439.617,00
2021	R\$ 7.917.941,42	R\$ 994.633,92	R\$ 439.617,00

* As remunerações para 2024 estão apresentadas com base em estimativa.

Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal (correspondente ao item 8.3 do Formulário de Referência)

Entre os exercícios sociais de 2020 a 2023 não houve o pagamento da remuneração variável aos membros da Diretoria Executiva.

Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente (tabela a – k) (correspondente ao item 8.4 do Formulário de Referência)

A Sanepar não possui plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária.

Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária (tabela a – e) (correspondente ao item 8.5 do Formulário de Referência)

A Sanepar não possui plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária.

Em relação a cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária (tabela a – j) (correspondente ao item 8.6 do Formulário de Referência)

A Sanepar não possui plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária.

Em relação às opções em aberto do conselho de administração e pela diretoria estatutária ao final do último exercício social (tabela a – f) (correspondente ao item 8.7 do Formulário de Referência)

No exercício social encerrado em 2023, não havia opções em aberto detidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais (tabela a – g) (correspondente ao item 8.8 do Formulário de Referência)

Nos três últimos exercícios sociais, encerrados em 2023, 2022 e 2021, não houve opções exercidas, nem ações entregues, relativas à remuneração baseada em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Executiva.

Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária (tabela a - d) (correspondente ao item 8.9 do Formulário de Referência)

Nos três últimos exercícios sociais, encerrados em 2023, 2022 e 2021, não houve remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários.

Em relação a cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária tabela (a - i) (correspondente ao item 8.10 do Formulário de Referência)

Nos três últimos exercícios sociais, encerrados em 2023, 2022 e 2021, não houve outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente.

Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais tabela (a - g) (correspondente ao item 8.11 do Formulário de Referência)

Nos três últimos exercícios sociais, encerrados em 2023, 2022 e 2021, não houve outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente.

Descrição sumária das informações necessárias para compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método da precificação do valor das ações e das opções tabela (a - e) (correspondente ao item 8.12 do Formulário de Referência)

Nos três últimos exercícios sociais, encerrados 2023, 2022 e 2021, a Companhia não possuía remuneração baseada em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Executiva assim como não existia opções em aberto para o Conselho de Administração e para a Diretoria Executiva no final do último exercício social, portanto, não há método de precificação do valor das ações e das opções.

Informar a quantidade de ações, cotas ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão (Correspondente ao item 8.13 do Formulário de Referência)

No encerramento do exercício social de 2023, 1 membro da Diretoria Executiva detinha participação acionária de 4.000 Units.

Em relação aos planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários (correspondente ao item 8.14 do Formulário de Referência)

DIRETORIA ESTATUTÁRIA	
Nº de membros ⁽¹⁾	8 (oito)
Nº de membros remunerados	8 (oito)
Nome do Plano	FusanPrev
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	0 (zero)
Condições para se aposentar antecipadamente	(i) Idade mínima igual ou superior a 43 anos de idade;

	(ii) Mínimo de 10 anos ininterruptos de vinculação ao FusanPrev; e (iii) Término do vínculo patronal.
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 1.463.041,43
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 146.921,35
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Exercer o desligamento do beneficiário junto a Companhia

⁽¹⁾ corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, vinculados ao plano de previdência, de acordo com o disposto no Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP.

Remuneração máxima, mínima e média do conselho de administração (CA), da diretoria estatutária e do conselho fiscal (CF) (correspondente ao item 8.15 do Formulário de Referência)

Valores em R\$

Anos	Órgãos	Nº de membros	Nº de membros remunerados	Maior Remuneração*	Menor Remuneração**	Remuneração Média
2023	CA	9,00	8,00	136.694,60	136.694,60	136.086,98
	DIRETORIA	9,83	9,83	1.087.241,25	530.527,40	824.705,92
	C.FISCAL	4,33	4,33	91.129,64	91.129,64	91.129,64
2022	CA	9,00	8,00	131.885,16	131.885,16	131.885,16
	DIRETORIA	9,83	9,83	947.921,65	518.254,04	801.517,16
	C.FISCAL	5,00	5,00	87.923,40	87.923,40	87.923,40
2021	CA	8,58	7,58	131.885,16	131.885,16	131.160,52
	DIRETORIA	10,00	10,00	998.221,02	486.589,83	791.794,14
	C.FISCAL	5,00	5,00	87.923,40	87.923,40	87.923,40

* o membro de maior remuneração exerceu o cargo por 12 meses.

** o valor foi apurado com a exclusão de membros do órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses.

Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor (correspondente ao item 8.16 do Formulário de Referência)

A Companhia não possui arranjos contratuais ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os seus administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto (correspondente ao item 8.17 do Formulário de Referência)

Nos três últimos exercícios sociais, encerrados em 2023, 2022 e 2021, não foi reconhecido no resultado da Companhia nenhum valor referente à remuneração total ou parcial de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos e indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam o assunto. Não há previsão para o exercício social corrente.

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados (correspondente ao item 8.18 do Formulário de Referência)

Nos três últimos exercícios sociais, encerrados em 2023, 2022 e 2021, não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam. Não há previsão para o exercício social corrente.

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos (correspondente ao item 8.19 do Formulário de Referência)

Não há valores reconhecidos nos resultados dos exercícios sociais da Companhia, encerrados em 2023, 2022 e 2021, de controladores, diretos ou indiretos, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal. Adicionalmente, como já relatado, a Companhia participava com 40% do capital de Sociedade de Propósito Específico, sob a forma de Sociedade Anônima de capital fechado, denominada “CS Bioenergia S.A.”, e em 02/10/2023 efetivou a aquisição dos demais 60%, passando a possuir a totalidade de suas ações, bem como no dia 15/12/2023 efetivou a sua incorporação societária, não resultando em aumento no Capital Social da Sanepar. Não há expectativa de reconhecer valores desta natureza no resultado do exercício social de 2024.

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes (correspondente ao item 8.20 do Formulário de Referência)

Todas as informações julgadas relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

6) PROPOSTA PARA REMUNERAÇÃO DOS AGENTES DE GOVERNANÇA

Aprovar o montante global de provisão para a Remuneração dos Agentes de Governança (Administradores, Membros de Conselhos e Comitês) da Companhia para o exercício de 2024, no valor de R\$ 17.751.720,06 (dezessete milhões, setecentos e cinquenta e um mil, setecentos e vinte reais e seis centavos).

Remuneração para Diretores	R\$ 8.619.072,03
Encargos Sociais	R\$ 5.983.869,69
Remuneração para Conselhos	R\$ 1.622.097,09
Encargos Sociais	R\$ 324.419,43
Remuneração para Comitês	R\$ 1.001.884,80
Encargos Sociais	R\$ 200.377,02
Montante previsto para 2024	R\$ 17.751.720,06

Informamos que, na presente proposta, houve a aplicação de correção de 3,86% referente ao INPC (março/2023 a fevereiro/2024) na remuneração dos Agentes de Governança, e que não constam o pagamento de Abono Indenizatório e de Participação nos Resultados – PPR. Houve também a aplicação da correção pelo INPC acima citado no Vale Alimentação e na Gratificação de Férias ACT.

O acréscimo do montante proposto 2024 em relação ao montante aprovado 2023, refere-se à criação de uma Diretoria Executiva (Diretoria de Inovação e Novos Negócios - DIN) - a qual não constava no montante aprovado 2023.

7) DEMONSTRATIVO DA PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DE LUCROS DO EXERCÍCIO DE 2023 E PARA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS (Em milhares de Reais)

Proposta para a Destinação dos Lucros

Composição do saldo de Lucros Acumulados		2023
(Em milhares de Reais)		
Realização da Reserva de Reavaliação		4.262
Realização do Ajuste ao Custo Atribuído		117
Lucro Líquido do Exercício		1.503.363
Destinações		
(i) Reserva de Incentivos Fiscais		(10)
(ii) Reserva Legal		(75.168)
(iii) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		(452.373)
(iv) Reserva de Lucro para Plano de Investimentos		(980.191)

(i) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída no montante de R\$ 10 mil, referente a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Esse valor foi excluído da base de cálculo dos Dividendos.

(ii) Reserva Legal

Constituída no montante de R\$ 75,2 milhões, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido do exercício, deduzido do valor destinado para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados.

(iii) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias. A Companhia negocia Certificados de Depósitos de Ações ("Units"), sendo cada Unit formada por 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de juros sobre o capital próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível, para fins de apuração de imposto de renda e contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários, como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Esses valores estão sujeitos a incidência de imposto de renda na fonte que são recolhidos pela Companhia quando do crédito dos juros.

Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP nos termos da Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. O total de Juros foi contabilizado em despesas financeiras, conforme

requerido pela legislação fiscal. Para efeito das demonstrações contábeis, esses juros estão sendo apresentados no Patrimônio Líquido, na conta de lucros acumulados.

As propostas para o crédito contábil dos Juros Sobre o Capital Próprio em substituição aos Dividendos Obrigatórios, referente ao exercício de 2023, foram aprovadas na 6ª/2023 Reunião Ordinária do Conselho de Administração de 27 de junho de 2023 e na 12ª/2023 Reunião Ordinária do Conselho de Administração de 14 de dezembro de 2023.

A Administração da Companhia em observância a Política de Dividendos, considerando ainda a condição financeira atual e o interesse público de constituição da Companhia, está propondo à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, a seguinte distribuição dos lucros:

	2023
Lucro Líquido do Exercício	1.503.363
Doações e Subvenções Governamentais	(10)
Constituição da Reserva Legal	(75.168)
Base de Cálculo para os Dividendos	1.428.185
Dividendos Estatutários (25%)	357.047
Dividendos Complementares	95.326
Dividendos Propostos	452.373

A remuneração aos acionistas, sob a forma de juros sobre o capital próprio, imputados aos dividendos, e sob a forma de dividendos complementares, por ação, é a seguinte:

Juros sobre o Capital Próprio	2023
Ações Ordinárias	0,28064
Ações Preferenciais	0,30870
1 Units	1,51544

(iv) Reserva de Lucro para Plano de Investimentos

A Administração propõe, sujeito à posterior aprovação da Assembleia dos Acionistas, a destinação do montante de R\$ 980,2 milhões dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos. Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

Participação nos Resultados

A Lei nº 10.101, de 19/12/2000, estabelece a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da Companhia, como instrumento de integração entre o capital e o trabalho e como incentivo à produtividade, nos termos do artigo 7º, inciso XI, da Constituição da República. Em conformidade com a citada Lei, bem como ao Acordo Coletivo de Trabalho específico e cumpridas integralmente as determinações do Decreto Estadual nº 1.978, de 20/12/2007, a Administração da Companhia propõe a distribuição, referente à participação nos resultados, no montante de R\$ 115,0 milhões, a serem pagos aos seus empregados. Esse valor encontra-se provisionado nas Demonstrações Contábeis de 2023.

SISTEMATIZAÇÃO DA PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DOS LUCROS DE 2023
ANEXO A

(Valores em R\$ mil)

1. Informar o lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2023:

Lucro Líquido do Exercício	1.503.363
Doações e Subvenções Governamentais	(10)
Constituição da Reserva Legal	(75.168)
<u>Base de Cálculo para os Dividendos</u>	<u>1.428.185</u>

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados:

<u>Montante Global de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos</u>	<u>452.373</u>
Juros sobre o Capital Próprio	
	2023
Ações Ordinárias	0,28064
Ações Preferenciais	0,30870
1 Units	1,51544

Os Juros sobre o Capital Próprio, a serem ratificados na AGO, permanecem como foram registrados contabilmente e serão pagos aos acionistas que detinham posição acionária em 30 de junho de 2023 referente ao resultado do 1º semestre de 2023 e 28 de dezembro de 2023 referente ao resultado do 2º semestre de 2023.

Em complemento, a partir de 01 de julho de 2023 as ações foram negociadas ex-juros sobre o resultado do 1º semestre de 2023 e a partir de 02 de janeiro de 2024 as ações foram negociadas ex-juros sobre o resultado do 2º semestre de 2023.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

O percentual de distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio atribuídos aos dividendos, em relação ao lucro líquido ajustado do exercício, é de 31,7%.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos / juros sobre o capital próprio distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

A Companhia paga anualmente o valor integral dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio, assim sendo, não existem dividendos e juros sobre o capital próprio a ser distribuído com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre o capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não se aplica.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não se aplica.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Não se aplica.

d. Data da declaração de pagamento dos Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não se aplica.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Valores em milhares de R\$	30/06/2023	28/12/2023	TOTAL
Juros sobre o Capital Próprio	268.850	183.522	452.373

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

A Companhia declara que na 60ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) a ser realizada em 19 de abril de 2024 será ratificada a remuneração dos acionistas referente à distribuição dos lucros auferidos no exercício de 2023, com data prevista para pagamento em 27/06/2024.

A forma para pagamento será por crédito bancário, de acordo com os dados cadastrais e bancários informados ao prestador de serviços de escrituração de ações.

Em complemento, o Estatuto Social da Sanepar, bem como a Política de Dividendos não estipulam atualização e juros sobre os Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores, em R\$:

	2023	2022	2021
Lucro Líquido	1.503.363	1.151.538	1.177.631
Lucro Líquido ajustado (base de cálculo para Dividendos e JCP)	1.428.185	1.093.909	1.118.738

b. Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores:

		2023	2022	2021
Lucro Líquido ajustado (base de cálculo para Dividendo)	R\$	1.428.185	1.093.909	1.118.738

Dividendos	R\$	0	0	17.701
Juros sobre o Capital Próprio	R\$	452.373	432.623	325.863
Percentual dos Dividendos sobre o lucro líquido ajustado	%	0	0	1,58%
Percentual dos Juros sobre o Capital Próprio sobre o Lucro Líquido ajustado	%	31,7%	39,6%	29,13%
Dividendos por Ação Preferencial	R\$	0	0	0,01208
Juros sobre o Capital Próprio por Ação Preferencial	R\$	0,30870	0,29522	0,22237
Dividendos por Ação Ordinária	R\$	0	0	0,01099
Juros sobre o Capital Próprio por Ação Ordinária	R\$	0,28064	0,26839	0,20215
Dividendos por UNITS	R\$	0	0	0,05929
Juros sobre o Capital Próprio por UNITS	R\$	1,51544	1,44928	1,09163

8. Havendo destinação de lucros a Reserva Legal:

a. Identificar o montante destinado a reserva legal

Sobre o lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi constituída a Reserva Legal de R\$ 75,2 milhões.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Constituída no montante de R\$ 75,2 milhões, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido do exercício, deduzido do valor destinado para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados.

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendo e juros sobre o capital próprio fixos ou mínimos:

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos:

O Estatuto Social da Sanepar não estabelece juros sobre o capital próprio/dividendos fixos ou mínimos para as ações preferenciais.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos:

Não se aplica.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa:

Não se aplica.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais:

Não se aplica.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe:

Não se aplica.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:

De acordo com o Estatuto Social da Companhia em seu artigo 34, inciso XIV, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre proposta, a ser apreciada em Assembleia Geral, de distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio semestrais e anuais por conta do resultado do período e/ou exercício em curso.

Para promover o cálculo, são considerados, de acordo com o disposto no Capítulo XI do Estatuto Social:

Art. 89 - O exercício social coincidirá com o ano civil, findo o qual a Diretoria Executiva elaborará as demonstrações financeiras previstas em lei.

Art. 90 - Os acionistas terão direito ao dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções previstas em lei.

§ 1º Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

§ 2º Os dividendos do exercício só serão distribuídos depois de efetuada a dedução da reserva legal, está na base de 5% (cinco por cento) do lucro, até o máximo previsto em lei.

§ 3º A Companhia poderá levantar balanços semestrais e o Conselho de Administração poderá deliberar por antecipar a distribuição de dividendos intermediários ou pagamento de juros sobre o capital próprio, sem prejuízo da posterior ratificação da Assembleia Geral.

§ 4º O dividendo não será obrigatório no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária, com parecer do Conselho Fiscal, ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

§ 5º Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 2º serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser distribuídos tão logo a situação financeira da Companhia permita.

§ 6º Na forma da lei, serão submetidos ao Tribunal de Contas do Estado, até o dia 30 de abril de cada ano, os documentos da administração relativos ao exercício social imediatamente anterior.

§ 7º Por deliberação do Conselho de Administração poderão ser atribuídos juros sobre o capital próprio, conforme previsto no inciso XIV, do art. 34, deste Estatuto, os quais serão obrigatoriamente compensados na distribuição dos dividendos obrigatórios.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente:

Em consonância com o Estatuto Social, os dividendos e os Juros sobre o Capital Próprio, estão sendo pagos integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido:

Não há previsão de retenção de dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia:

a. Informar o montante da retenção

Até a presente data a Companhia não efetuou retenção de dividendos e de juros sobre o capital Próprio.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos:

A gestão de capital da Companhia tem assegurado a relação de capital ótima e um rating de crédito forte perante as instituições financeiras e agências de risco, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A classificação do grau de investimento da Sanepar, que avalia a empresa quanto à solidez financeira e capacidade de honrar seus compromissos de pagamento de dívidas e empréstimos.

Desde de 2021, tanto a Moody's quanto a Fitch têm atribuído à Sanepar nota máxima, isto é, por quatro anos consecutivos a Moody's atribuiu AAA e a Fitch por três anos consecutivos atribuiu AAA, visto que a primeira classifica em janeiro e a segunda em julho de cada Ano. Com o objetivo de expandir a prestação dos serviços e manter a liquidez da Companhia, a Sanepar capta recursos de terceiros junto a bancos públicos (Caixa Econômica Federal e BNDES) e ao mercado de capitais.

Além dos montantes captados junto a instituições financeiras, a Companhia efetuou a 13ª emissão de debêntures em abril, captando R\$ 400 milhões no mercado para financiar projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os papéis ofertados atendem os critérios ASG, a Sanepar é a primeira empresa pública do país a emitir Títulos Sustentáveis e Azuis, está listada na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 e, em 2023, passou a integrar o IDIVERSA, primeiro índice de diversidade com foco em gênero e raça da Bolsa.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir a geração operacional de caixa e a captação prévia de

recursos, quando necessária, para que sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, reduzindo riscos de liquidez. Adicionalmente, a Companhia possui políticas de dividendos e de gestão de risco, tesouraria e mercado.

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima e um rating de crédito forte perante as instituições financeiras e agências de risco, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas.

A Companhia encerrou o exercício com Ativos de R\$ 18,8 bilhões, Patrimônio Líquido de R\$ 9,7 bilhões e dívida total de R\$ 9,1 bilhões, enquanto o índice de Endividamento sobre o Ativo foi 48,2% em 2023. A Dívida Líquida, que reflete o grau de endividamento da Companhia em relação ao fluxo de receita, totalizou R\$ 4,5 bilhões em 2023, enquanto a relação Dívida Líquida versus EBITDA, que mede o índice de alavancagem, passou de 1,7x em 2022 para 1,6x em 2023.

A operação da Sanepar gerou um caixa de R\$ 2,4 bilhões em 2023, mesmo período em que pagou R\$ 385,5 milhões em remuneração aos acionistas.

Em 2023, o índice de inadimplência atingiu -2,4%, apresentando uma redução significativa em comparação com os 3,4% verificados em 2022. O percentual de inadimplência se reduziu, principalmente, em razão da adesão dos clientes particulares, até 31/07/2023, ao Programa de Recuperação de Créditos implementado pela Companhia (RECLIP), que previu o parcelamento das dívidas em até 60 vezes. Em agosto e setembro de 2023 a Companhia possibilitou o parcelamento de dívida dos clientes particulares em até 48 vezes. De outubro a dezembro, o Programa previa parcelamento em até 36 vezes.

c. Justificar a retenção dos dividendos:

Até a presente data a Companhia não efetuou retenção de dividendos e de juros sobre o capital Próprio.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a. Identificar o montante destinado a reserva:

Nos últimos exercícios a Companhia não efetuou destinação de resultado para constituição de reserva para contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Conforme informado no item “a” acima, não houve constituição de reserva de contingência.

c. Explicar por que a perda foi considerada provável

Conforme informado no item “a” acima, não houve constituição de reserva de contingência.

d. Justificar a constituição da reserva

Conforme informado no item “a” acima, não houve constituição de reserva de contingência.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar

Nos últimos exercícios a Companhia não efetuou destinação de resultado para constituição de reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva

Conforme informado no item “a” acima, não houve constituição de reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O Estatuto Social da Companhia não prevê cláusulas que estabeleçam a constituição de reservas estatutárias.

b. Identificar o montante destinado a reserva

Conforme informado no item “a” acima, não há cláusulas estatutárias que estabeleçam reservas estatutárias.

c. Descrever como o montante foi calculado

Conforme informado no item “a” acima, não há cláusulas estatutárias que estabeleçam reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a. Identificar o montante da retenção

A Administração está propondo, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, sujeito à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, a destinação do montante de R\$ 980,2 milhões dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos. Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Em conformidade com as Instruções CVM, o Programa de Investimentos para os anos de 2024 a 2028 da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, aprovado na 11ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 08 de novembro de 2023 está demonstrado abaixo:

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - 2024 a 2028 (em milhões de R\$)

	2023 *	2024	2025	2026	2027	2028	2024 a 2028
Capex Regulatório **	1.814,9	2.101,9	2.095,7	1.610,9	1.367,2	1.551,3	8.727,0
Resíduos Sólidos / Água Industrial	6,5	4,9	9,1	0,6	0,5	1,7	16,8
Capitalizações **	157,6	179,4	189,5	198,4	197,1	201,9	966,3
Doações de Redes	32,4	28,3	29,0	29,6	30,4	30,9	148,2
Parcerias **	-	67,4	200,9	330,1	382,3	376,8	1.357,5
Total	2.011,4	2.381,9	2.524,2	2.169,6	1.977,5	2.162,6	11.215,8

	2023 *	2024	2025	2026	2027	2028	2024 a 2028
Água	719,9	778,9	635,4	581,9	607,6	808,5	3.412,3
Esgoto	1.146,6	1.469,1	1.785,2	1.515,7	1.279,1	1.303,2	7.352,3
Outros	144,9	133,9	103,6	72,0	90,8	50,9	451,2
Total	2.011,4	2.381,9	2.524,2	2.169,6	1.977,5	2.162,6	11.215,8

* Valores do Plano Plurianual de Investimentos divulgado em Fato Relevante de 07/12/2022.

** Componentes da base tarifária de água e esgoto da Companhia, conforme 2ª Revisão Tarifária Periódica (RTP).

O programa de investimentos contempla aplicações a fim de garantir o abastecimento de água e sua qualidade; compromissos assumidos nos contratos de concessão e de programa visando a universalização dos serviços de esgoto; demandas oriundas de diagnósticos operacionais dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário; parcerias; *compliance* ambiental; infraestrutura administrativa, entre outros.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a. Informar o montante destinado a reserva:

Em 2023 a constituição da Reserva de Incentivos Fiscais foi de R\$ 10 mil.

b. Explicar a natureza da destinação:

A reserva de Incentivos Fiscais é referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Esse valor foi excluído da base de cálculo dos Dividendos.